

**MINISTÉRIO DA CIDADANIA**

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GOVERNANÇA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS

**Notas Explicativas referente ao primeiro trimestre de 2022 das Demonstrações Contábeis do Ministério da Cidadania**

**Órgão 55000**

Brasília-DF

Abril / 2022

**Índice**

I. Contexto Operacional .........................................................................................................4 a 7

II. Demonstrações Contábeis..................................................................................................8 a 15

III. Notas Explicativas..............................................................................................................16 a 43

 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis...................................16

 Resumo dos Principais Critérios, Metodologias e Políticas Contábeis..............................16 a 19

 Composição no SIAFI do Ministério da Cidadania.............................................................19

 Auxílio Emergencial...........................................................................................................19 a 20

 Balanço Patrimonial..........................................................................................................20 a 34

 Balanço Financeiro............................................................................................................34 a 36

 Balanço Orçamentário......................................................................................................36 a 39

 Demonstração das Variações Patrimoniais.......................................................................39 a 42

 Demonstração dos Fluxos de Caixa...................................................................................42 a 43

**MINISTRO DA CIDADANIA**

Ronaldo Vieira Bento

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Luiz Antônio Galvão

**SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GOVERNANÇA**

Marcos de Souza e Silva

**COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS**

Vanair Alves de Oliveira

**COORDENADORA DE CONTABILIDADE**

Carolina Nascimento Cavalcante

**Informações SETORIAL CONTÁBIL MC:**

Fone: (61) 2030-1292 / 2030-1311

Correio Eletrônico: cgcc@cidadania.gov.br

**I – Contexto Operacional**

A Medida Provisória nº 870, de 01 de janeiro de 2019, posteriormente transformada na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, criou o Ministério da Cidadania abarcando como principais atuações políticas as advindas dos extintos Ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Social e do Esporte. Segue abaixo breve resumo do histórico ocorrido desde a criação do Ministério:

1. Em 30 de junho de 2019 a Autoridade de Governança do Legado Olímpico – AGLO foi extinta por força do artigo 12 da Lei nº 13.474 de 23 de agosto de 2017 e em 04 de dezembro de 2019 foi instituído o Escritório de Governança do Legado Olímpico – EGLO por meio do Decreto nº 10.154 com atuação temporária até 30 de junho de 2020 no âmbito da Secretaria Especial do Esporte. Em 30 de junho de 2020, com o Decreto nº 10.408, esse prazo foi prorrogado até 15/01/2021 passível de nova prorrogação até 15/06/2021.
2. Em 07 de novembro de 2019, por meio do Decreto nº 10.108 os órgãos vinculados ao extinto Ministério da Cultura foram transferidos para o Ministério do Turismo. Seguem abaixo os órgãos em questão:
	* Agência Nacional do Cinema - ANCINE;
	* Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;
	* Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM;
	* Fundação Biblioteca Nacional - FBN;
	* Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB;
	* Fundação Cultural Palmares - FCP; e
	* Fundação Nacional de Artes – FUNARTE.
3. A partir de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde decretou pandemia devido ao coronavírus (COVID – 19). Com isso o Ministério da Cidadania foi fortemente impactado, haja vista que as políticas de assistência social fazem parte de suas competências. Desta forma foi editada a Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020, criando o auxílio emergencial destinado a auxiliar os microempreendedores, contribuintes individuais, trabalhadores informais e trabalhadores de baixa renda que tiveram suas fontes de renda severamente prejudicadas em virtude da pandemia. Para tanto foi criada a Unidade Gestora 550027 sob a gestão da Secretaria Executiva do Ministério para realizar os pagamentos dos auxílios emergenciais.
4. A MP nº 1.000, de 2020 instituiu o Auxílio Emergencial Residual.
5. Em 20 de maio de 2020 foram emitidos os Decretos nº 10.357 e nº 10.359, sendo que o primeiro trouxe nova estrutura regimental do Ministério da Cidadania enquanto o segundo a nova estrutura regimental do Ministério do Turismo incluindo a transferência da Secretaria Especial de Cultura.
6. A Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 10.661, de 26 de março de 2021, instituiu o Auxílio Emergencial 2021 com pagamentos previstos de serem realizados em 4 parcelas entre o período de 06/04 e 22/08/2021.
7. O Decreto nº 10.740, de 05 de julho de 2021, prorrogou por pelo período complementar de 3 meses o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), instituído pela Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021.
8. A Medida Provisória nº 1.061, de 09 de agosto de 2021, instituiu o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil em substituição ao Programa Bolsa Família, que será revogado após aprovação da medida. Posteriormente esta medida virou a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

Apesar das transferências supracitadas nos itens “b” e “e” terem ocorrido no campo legal, estas só foram efetivadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI no mês de junho de 2020.

Desta forma, o Ministério da Cidadania passou a ter atuação nas seguintes políticas:

* Política nacional de desenvolvimento social;
* Política nacional de segurança alimentar e nutricional;
* Política nacional de assistência social;
* Política nacional de renda de cidadania;
* Políticas sobre drogas, quanto a:

a) educação, informação e capacitação para a ação efetiva com vistas à redução do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas;

b) realização de campanhas de prevenção do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas;

c) implantação e implementação de rede integrada para pessoas com transtornos decorrentes do consumo de substâncias psicoativas;

d) avaliação e acompanhamento de tratamentos e iniciativas terapêuticas;

e) redução das consequências sociais e de saúde decorrente do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas; e

f) manutenção e atualização do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas;

* Articulação, coordenação, supervisão, integração e proposição das ações do governo e do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) quanto aos aspectos relacionados ao tratamento, à recuperação e à reinserção social de usuários e dependentes, bem como ao Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas;
* Atuação em favor da ressocialização e da proteção dos dependentes químicos, sem prejuízo das atribuições dos órgãos integrantes do Sisnad;
* Articulação entre os governos federal, estaduais, distrital e municipais e a sociedade no estabelecimento de diretrizes e na execução de ações e programas nas áreas de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de renda, de cidadania e de assistência social;
* Orientação, acompanhamento, avaliação e supervisão de planos, programas e projetos relativos às áreas de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de renda, de cidadania e de assistência social;
* Normatização, orientação, supervisão e avaliação da execução das políticas de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de renda, de cidadania e de assistência social;
* Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social;
* Coordenação, supervisão, controle e avaliação da operacionalização de programas de transferência de renda;
* Aprovação dos orçamentos gerais do Serviço Social da Indústria (Sesi), do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Social do Transporte (Sest);
* Política nacional de desenvolvimento da prática dos esportes;
* Intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, destinados à promoção do esporte;
* Estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades esportivas;
* Planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes e de ações de democratização da prática esportiva e de inclusão social por intermédio do esporte; e
* Cooperativismo e associativismo urbanos.

Após algumas alterações, o Decreto nº 11.023, aprovou a seguinte estrutura regimental para o Ministério da Cidadania:

I - Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Cidadania:

a) Gabinete;

b) Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos;

c) Assessoria Especial de Controle Interno;

d) Assessoria Especial de Comunicação Social;

e) Assessoria Especial de Assuntos Internacionais;

f) Assessoria Especial Parlamentar e Federativa;

g) Corregedoria;

h) Ouvidoria-Geral;

i) Consultoria Jurídica; e

j) Secretaria-Executiva:

1. Subsecretaria de Assuntos Administrativos;

2. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Governança;

3. Subsecretaria de Tecnologia da Informação;

4. Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências:

4.1. Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social; e

4.2. Diretoria de Transferências do Esporte e do Desenvolvimento Social;

5. Secretaria de Articulação e Parcerias: Diretoria de Relacionamento e Parcerias;

6. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação:

6.1. Departamento de Avaliação;

6.2. Departamento de Monitoramento;

6.3. Departamento de Gestão da Informação; e

6.4. Departamento de Formação e Disseminação;

7. Secretaria Nacional do Cadastro Único: Departamento do Cadastro Único;

II - Órgãos específicos singulares:

a) Secretaria Especial do Desenvolvimento Social:

1. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania:

1.1. Departamento de Operação;

1.2. Departamento de Benefícios; e

1.3. Departamento de Condicionalidades;

2. Secretaria Nacional de Assistência Social:

2.1. Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social;

2.2. Departamento de Benefícios Assistenciais;

2.3. Departamento de Proteção Social Básica;

2.4. Departamento de Proteção Social Especial; e

2.5. Departamento da Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de Assistência Social;

3. Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva:

3.1. Departamento de Fomento à Inclusão Social e Produtiva Rural;

3.2. Departamento de Compras Públicas para a Inclusão Social e Produtiva Rural;

3.3. Departamento de Estruturação de Equipamentos Públicos; e

3.4. Departamento de Inclusão Produtiva Urbana;

4. Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância: Departamento de Atenção à Primeira Infância; e

5. Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas:

5.1. Departamento de Articulação e Projetos Estratégicos;

5.2. Departamento de Prevenção, Cuidados e Reinserção Social; e

5.3. Departamento de Planejamento e Avaliação; e

b) Secretaria Especial do Esporte:

1. Departamento de Certificação da Lei Pelé;

2. Diretoria de Projetos;

3. Departamento de Infraestrutura de Esporte;

4. Departamento de Gestão e Instalações Esportivas;

5. Secretaria Nacional de Incentivo e Fomento ao Esporte;

6. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social: Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social;

7. Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento: Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento;

8. Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor:

8.1. Departamento de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor; e

8.2. Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT;

9. Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem:

9.1. Diretoria-Executiva; e

9.2. Diretoria Técnica; e

10. Secretaria Nacional de Paradesporto: Departamento de Paradesporto; e

III - órgãos colegiados:

a) Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

b) Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza;

c) Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família;

d) Conselho Nacional do Esporte - CNE; e

e) Conselho Nacional de Economia Solidária.

Isto posto, fica explanado o contexto operacional norteador da análise dos demonstrativos contábeis do primeiro trimestre de 2022.

**II – Demonstrações Contábeis**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

|  |  |
| --- | --- |
| **ATIVO** | **PASSIVO** |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **NE** | **2022** | **2021** | **ESPECIFICAÇÃO** | **NE** | **2022** | **2021** |
| **ATIVO CIRCULANTE** |  | **87.444.510.614,18** | **68.107.518.211,88** | **PASSIVO CIRCULANTE** |  | **4.075.762.639,90** | **4.408.460.514,49** |
|  **Caixa e Equivalentes de Caixa** | **1**  | **310.357.080,08** | **51.182.059,16** |  **Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo** |  **7** | **627.143.658,97** | **654.433.954,56** |
|  **Créditos a Curto Prazo** |  **2** | **87.132.972.381,43** | **68.055.135.043,60** |  **Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo** |  | **14.046.690,57** | **60.882.667,63** |
|  Demais Créditos e Valores |   | 87.132.972.381,43 | 68.055.135.043,60 |  **Transferências Fiscais a Curto Prazo** |  | **878.451.963,79** | **886.531.750,89** |
|  **Estoques** |  **3**  | **1.181.152,67** | **1.201.109,12** |  **Provisões a Curto Prazo** |  | **2.452.939.381,39** | **2.715.318.404,27** |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** |  **4** | **320.724.598,35** | **357.109.296,47** |  **Demais Obrigações a Curto Prazo** |  | **103.180.945,18** | **91.293.737,14** |
|  **Ativo Realizável a Longo Prazo** |  | **108.636.238,55** | **23.151.464,57** | **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** |  | **103.548.508,97** | **103.005.832,23** |
|  Créditos a Longo Prazo |   | 108.636.238,55 | 23.151.464,57 |  **Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo** |  **7** | **103.430.070,72** | **102.887.393,98** |
|  Demais Créditos e Valores |   | 10.326.169.767,36 | 10.240.684.993,38 |  **Provisões a Longo Prazo** |  **8** | **118.438,25** | **118.438,25** |
|  (-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo |   | -10.217.533.528,81 | -10.217.533.528,81 | **TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL** |  | **4.179.311.148,87** | **4.511.466.346,72** |
|  **Imobilizado** |  **5** | **204.734.650,83** | **287.105.680,76** | **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** |
|  Bens Móveis |   | 106.957.615,14 | 190.586.161,97 | **ESPECIFICAÇÃO** |  | **2022** | **2021** |
|  Bens Móveis |   | 161.024.883,87 | 262.374.725,40 | **Resultados Acumulados** |  | **83.585.924.063,66** | **63.953.161.161,63** |
|  (-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis |   | -54.067.268,73 | -71.788.563,43 |  Resultado do Exercício |  | 19.619.804.850,33 | -57.895.689.915,88 |
|  Bens Imóveis |   | 97.777.035,69 | 96.519.518,79 |  Resultados de Exercícios Anteriores |  | 63.953.161.161,63 | 122.303.148.294,17 |
|  Bens Imóveis |   | 98.438.345,14 | 97.180.828,24 |  Ajustes de Exercícios Anteriores |  | 12.958.051,70 | -454.297.216,66 |
|  (-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis |   | -661.309,45 | -661.309,45 |   |  |   |   |
|  **Intangível** | **6** | **7.353.708,97** | **46.852.151,14** |  |
|  Softwares |   | 7.353.708,97 | 46.852.151,14 |  |
|  Softwares |   | 7.353.708,97 | 46.852.151,14 | **TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **9** | **83.585.924.063,66** | **63.953.161.161,63** |
| **TOTAL DO ATIVO** |  | **87.765.235.212,53** | **68.464.627.508,35** | **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** |  | **87.765.235.212,53** | **68.464.627.508,35** |

**FONTE: SIAFI**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

|  |  |
| --- | --- |
| **ATIVO** | **PASSIVO** |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **NE** | **2022** | **2021** | **ESPECIFICAÇÃO** | **NE** | **2022** | **2021** |
| **ATIVO FINANCEIRO** |  | **310.357.080,08** | **51.182.059,16** | **PASSIVO FINANCEIRO** |  | **72.850.484.381,58** | **9.624.221.711,56** |
| **ATIVO PERMANENTE** |  | **87.454.878.132,45** | **68.413.445.449,19** | **PASSIVO PERMANENTE** |  | **3.620.707.706,16** | **3.891.856.551,43** |
|   |   |   |   | **SALDO PATRIMONIAL** |  | **11.294.043.124,79** | **54.948.549.245,36** |

**Fonte: SIAFI****QUADRO DE COMPENSAÇÕES**

|  |  |
| --- | --- |
| **ATIVO** | **PASSIVO** |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **NE** | **2022** | **2021** | **ESPECIFICAÇÃO** | **NE** | **2022** | **2021** |
| **ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos** | **ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos** |
| **SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS** |  | **166.015.673,58** | **156.225.879,34** | **SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS** |  | **62.717.146.474,53** | **6.980.684.083,08** |
|  Atos Potenciais Ativos |   | 166.015.673,58 | 156.225.879,34 |  Atos Potenciais Passivos |   | 62.717.146.474,53 | 6.980.684.083,08 |
|  Garantias e Contragarantias Recebidas |   | 70.485.378,67 | 61.383.923,43 |  Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres |   | 60.190.510.840,19 | 4.347.692.839,96 |
|  Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres |   | 94.441.582,76 | 93.753.243,76 |  Obrigações Contratuais |   | 2.526.635.634,34 | 2.632.991.243,12 |
|  Direitos Contratuais |   | 1.088.712,15 | 1.088.712,15 |   |   |   |   |
| **TOTAL** |  | **166.015.673,58** | **156.225.879,34** | **TOTAL** |  | **62.717.146.474,53** | **6.980.684.083,08** |

**Fonte: SIAFI****DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO RESULTADO PATRIMONIAL**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESTINAÇÃO DE RECURSOS** | **NE** | **SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO** |
| **Recursos Ordinários** |  | **-23.695.426.643,53** |
| **Recursos Vinculados** |  | **-48.844.700.657,97** |
|  Seguridade Social (Exceto Previdência) |   | -27.930.621.642,97 |
|  Previdência Social (RPPS) |   | -6.211.315,62 |
|  Dívida Pública |   | -20.760.135.315,55 |
|  Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas |   | -147.732.383,83 |
| **TOTAL** |  | **-72.540.127.301,50** |

**Fonte: SIAFI** |

 **BALANÇO FINANCEIRO**

|  |  |
| --- | --- |
| **INGRESSOS** | **DISPÊNDIOS** |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **NE** | **2022** | **2021** | **ESPECIFICAÇÃO** | **NE** | **2022** | **2021** |
| **Receitas Orçamentárias** | **10**  | **257.325.203,92** | **231.127.078,05** | **Despesas Orçamentárias** | **11**  | **90.074.427.143,70** | **51.466.214.881,85** |
|  **Ordinárias** |  | **46.986.051,07** | **91.458.010,93** |  **Ordinárias** |  | **22.318.459.299,52** | **560.200.621,27** |
|  **Vinculadas** |  | **216.837.043,92** | **141.336.726,95** |  **Vinculadas** |  | **67.755.967.844,18** | **50.906.014.260,58** |
|  Seguridade Social (Exceto Previdência) |   | 6.483.571,51 | 3.798.072,10 |  Seguridade Social (Exceto Previdência) |   | 49.176.081.869,58 | 8.280.154.947,08 |
|  Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas |   | 210.353.472,41 | 137.538.654,85 |  Previdência Social (RPPS) |   | 6.760.000,00 | - |
|  **(-) Deduções da Receita Orçamentária** |  | **-6.497.891,07** | **-1.667.659,83** |  Dívida Pública |   | 18.562.305.762,65 | 42.610.576.753,40 |
| **Transferências Financeiras Recebidas** |  | **92.391.178.146,01** | **64.212.759.787,25** |  Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas |   | 10.820.211,95 | 15.282.560,10 |
|  Resultantes da Execução Orçamentária |   | 83.370.236.887,69 | 62.249.890.264,99 | **Transferências Financeiras Concedidas** |  | **66.805.449.451,01** | **56.075.328.246,02** |
|  Cota Recebida |   | 41.620.453.270,06 | 31.069.262.513,95 |  Resultantes da Execução Orçamentária |   | 60.652.269.190,76 | 51.465.599.659,89 |
|  Repasse Recebido |   | 19.425.711.013,02 | 17.008.460.368,00 |  Repasse Concedido |   | 38.310.635.037,03 | 33.728.235.362,44 |
|  Sub-repasse Recebido |   | 22.324.072.604,61 | 14.166.754.921,16 |  Sub-repasse Concedido |   | 22.324.072.604,61 | 14.166.754.921,16 |
|  Sub-repasse Devolvido |   |   | 5.412.461,88 |  Cota Devolvida |   | 17.561.549,12 | 3.565.196.914,41 |
|  Independentes da Execução Orçamentária |   | 9.020.941.258,32 | 1.962.869.522,26 |  Sub-repasse Devolvido |   |   | 5.412.461,88 |
|  Transferências Recebidas para Pagamento de RP |   | 8.998.154.088,76 | 1.953.124.317,18 |  Independentes da Execução Orçamentária |   | 6.153.180.260,25 | 4.609.728.586,13 |
|  Demais Transferências Recebidas |   | 15.146.302,95 | 1.687.258,37 |  Transferências Concedidas para Pagamento de RP |   | 4.695.988.515,30 | 1.775.629.550,01 |
|  Movimentação de Saldos Patrimoniais |   | 7.640.866,61 | 8.057.946,71 |  Demais Transferências Concedidas |   | 923.267,19 | 347,70 |
| **Recebimentos Extraorçamentários** |  | **68.710.144.537,82** | **45.746.589.399,42** |  Movimento de Saldos Patrimoniais |   | 1.456.268.477,76 | 2.834.098.688,42 |
|  Inscrição dos Restos a Pagar Processados |   | 12.127.194,93 | 8.153.619,07 | **Pagamentos Extraorçamentários** |  | **4.219.596.272,12** | **1.001.994.472,51** |
|  Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados |   | 67.447.039.032,92 | 43.093.546.070,01 |  Pagamento dos Restos a Pagar Processados |   | 40.730.509,99 | 43.136.297,45 |
|  Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados |   | 11.298.284,81 | 36.633.675,37 |  Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados |   | 4.177.742.770,54 | 958.019.361,54 |
|  Outros Recebimentos Extraorçamentários |   | 1.239.680.025,16 | 2.608.256.034,97 |  Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados |   | 1.015.856,04 | 742.782,11 |
|  Restituições a Pagar |   | 491.364,74 |   |  Outros Pagamentos Extraorçamentários |   | 107.135,55 | 96.031,41 |
|  Arrecadação de Outra Unidade |   | 1.239.188.660,42 | 2.608.256.034,97 |  Demais Pagamentos |   | 107.135,55 | 96.031,41 |
| **Saldo do Exercício Anterior** |  | **51.182.059,16** | **4.434.936.071,01** | **Saldo para o Exercício Seguinte** |  | **310.357.080,08** | **6.081.874.735,35** |
|  Caixa e Equivalentes de Caixa |   | 51.182.059,16 | 4.434.936.071,01 |  Caixa e Equivalentes de Caixa |   | 310.357.080,08 | 6.081.874.735,35 |
| **TOTAL** |  | **161.409.829.946,91** | **114.625.412.335,73** | **TOTAL** | **12** | **161.409.829.946,91** | **114.625.412.335,73** |

**Fonte: SIAFI**

 **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

|  |
| --- |
| **RECEITA** |
| **RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS** | **NE** | **PREVISÃO INICIAL** | **PREVISÃO ATUALIZADA** | **RECEITAS REALIZADAS** | **SALDO** |
| **RECEITAS CORRENTES** | **13** | **669.091.241,00** | **669.091.241,00** | **257.325.203,92** | **-411.766.037,08** |
|  **Receitas de Contribuições** |  | **-** | **-** | **1.265,02** | **1.265,02** |
|  Contribuições Sociais |   | - | - | 1.265,02 | 1.265,02 |
|  **Receita Patrimonial** |  | **525.659.607,00** | **525.659.607,00** | **219.465.277,69** | **-306.194.329,31** |
|  Valores Mobiliários |   | 22.331.590,00 | 22.331.590,00 | 63.504.141,54 | 41.172.551,54 |
|  Demais Receitas Patrimoniais |   | 503.328.017,00 | 503.328.017,00 | 155.961.136,15 | -347.366.880,85 |
|  **Transferências Correntes** |  | **-** | **-** | **12.331,86** | **12.331,86** |
|  **Outras Receitas Correntes** |  | **143.431.634,00** | **143.431.634,00** | **37.846.329,35** | **-105.585.304,65** |
|  Indenizações, Restituições e Ressarcimentos |   | - | - | 37.846.329,35 | 37.846.329,35 |
|  Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público |   | 143.431.634,00 | 143.431.634,00 | - | -143.431.634,00 |
| **RECEITAS DE CAPITAL** |  | **24.117,00** | **24.117,00** | **-** | **-24.117,00** |
|  **Transferências de Capital** |  | **24.117,00** | **24.117,00** | **-** | **-24.117,00** |
| **SUBTOTAL DE RECEITAS** |  | **669.115.358,00** | **669.115.358,00** | **257.325.203,92** | **-411.790.154,08** |
| **REFINANCIAMENTO** |  | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO** |  | **669.115.358,00** | **669.115.358,00** | **257.325.203,92** | **-411.790.154,08** |
| **DEFICIT** |  |   |   | **89.817.101.939,78** | **89.817.101.939,78** |
| **TOTAL** |  | **669.115.358,00** | **669.115.358,00** | **90.074.427.143,70** | **89.405.311.785,70** |
| **CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS** |  | **-** | **867.288.600,00** | **-** | **-867.288.600,00** |
|  Superavit Financeiro |   | - | 867.288.600,00 | - | - |

**Fonte: SIAFI**

|  |
| --- |
| **DESPESA** |
| **DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS** | **NE** | **DOTAÇÃO INICIAL** | **DOTAÇÃO ATUALIZADA** | **DESPESAS EMPENHADAS** | **DESPESAS LIQUIDADAS** | **DESPESAS PAGAS** | **SALDO DA DOTAÇÃO** |
| **DESPESAS CORRENTES** | **14**  | **171.610.543.274,00** | **172.477.831.874,00** | **90.071.012.641,41** | **22.624.482.152,49** | **22.615.260.915,85** | **82.406.819.232,59** |
|  **Pessoal e Encargos Sociais** |  | **139.510.297,00** | **139.510.297,00** | **87.582.981,10** | **32.894.108,47** | **25.183.366,37** | **51.927.315,90** |
|  **Outras Despesas Correntes** |  | **171.471.032.977,00** | **172.338.321.577,00** | **89.983.429.660,31** | **22.591.588.044,02** | **22.590.077.549,48** | **82.354.891.916,69** |
| **DESPESAS DE CAPITAL** |  | **1.484.136.690,00** | **1.484.136.690,00** | **3.414.502,29** | **2.905.958,29** | **-** | **1.480.722.187,71** |
|  **Investimentos** |  | **1.484.136.690,00** | **1.484.136.690,00** | **3.414.502,29** | **2.905.958,29** | **-** | **1.480.722.187,71** |
| **RESERVA DE CONTINGÊNCIA** |  | **248.902.177,00** | **248.902.177,00** | **-** | **-** | **-** | **248.902.177,00** |
| **SUBTOTAL DAS DESPESAS** |  | **173.343.582.141,00** | **174.210.870.741,00** | **90.074.427.143,70** | **22.627.388.110,78** | **22.615.260.915,85** | **84.136.443.597,30** |
| **AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO** |  | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO** |  | **173.343.582.141,00** | **174.210.870.741,00** | **90.074.427.143,70** | **22.627.388.110,78** | **22.615.260.915,85** | **84.136.443.597,30** |
| **TOTAL** |  | **173.343.582.141,00** | **174.210.870.741,00** | **90.074.427.143,70** | **22.627.388.110,78** | **22.615.260.915,85** | **84.136.443.597,30** |

**Fonte SIAFI**

|  |
| --- |
| ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
| **DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS** | **NE** | **INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES** | **INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR** | **LIQUIDADOS** | **PAGOS** | **CANCELADOS** | **SALDO** |
| **DESPESAS CORRENTES** | **16**  | **309.899.523,25** | **7.037.479.583,11** | **4.048.171.429,39** | **4.046.300.884,19** | **6.693.564,46** | **3.294.384.657,71** |
|  **Pessoal e Encargos Sociais** |  | **954.481,27** | **1.126.926,33** | **289.405,67** | **270.855,55** | **-** | **1.810.552,05** |
|  **Outras Despesas Correntes** |  | **308.945.041,98** | **7.036.352.656,78** | **4.047.882.023,72** | **4.046.030.028,64** | **6.693.564,46** | **3.292.574.105,66** |
| **DESPESAS DE CAPITAL** |  | **787.233.900,71** | **915.776.709,11** | **132.937.680,83** | **131.441.886,35** | **17.697.097,54** | **1.553.871.625,93** |
|  **Investimentos** |  | **787.233.900,71** | **915.776.709,11** | **132.937.680,83** | **131.441.886,35** | **17.697.097,54** | **1.553.871.625,93** |
| **TOTAL** |  | **1.097.133.423,96** | **7.953.256.292,22** | **4.181.109.110,22** | **4.177.742.770,54** | **24.390.662,00** | **4.848.256.283,64** |

**Fonte: SIAFI**

|  |
| --- |
| ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS |
| **DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS** | **NE** | **INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES** | **INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR** | **PAGOS** | **CANCELADOS** | **SALDO** |
| **DESPESAS CORRENTES** |  | **5.975.459,67** | **396.410.507,64** | **31.057.481,43** | **9.963,95** | **371.318.521,93** |
|  **Pessoal e Encargos Sociais** |  | **130.112,73** | **9.621.876,06** | **9.612.110,32** | **-** | **139.878,47** |
|  **Outras Despesas Correntes** |  | **5.845.346,94** | **386.788.631,58** | **21.445.371,11** | **9.963,95** | **371.178.643,46** |
| **DESPESAS DE CAPITAL** |  | **114.575.823,93** | **55.949.502,13** | **9.673.028,56** | **809.147,19** | **160.043.150,31** |
|  **Investimentos** |  | **114.575.823,93** | **55.949.502,13** | **9.673.028,56** | **809.147,19** | **160.043.150,31** |
| **TOTAL** | **15** | **120.551.283,60** | **452.360.009,77** | **40.730.509,99** | **819.111,14** | **531.361.672,24** |

**Fonte: SIAFI**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

|  |
| --- |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS** |
|  | **NE** | **2022** | **2021** |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS** | **18** | **113.383.245.802,69** | **84.425.713.000,39** |
|  **Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras** |  | **65.571.961,39** | **31.353.062,39** |
|  Juros e Encargos de Mora |   | 2.043.331,08 | 1.422.316,46 |
|  Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras |   | 63.466.732,12 | 29.914.995,93 |
|  Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras |   | 61.898,19 | 15.750,00 |
|  **Transferências e Delegações Recebidas** |  | **92.391.989.037,87** | **64.212.763.476,75** |
|  Transferências Intragovernamentais |   | 92.391.976.706,01 | 64.212.759.983,83 |
|  Outras Transferências e Delegações Recebidas |   | 12.331,86 | 3.492,92 |
|  **Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos** |  | **19.372.960.002,35** | **17.335.735.768,87** |
|  Ganhos com Incorporação de Ativos |   | 19.128.342.180,15 | 17.164.496.128,51 |
|  Ganhos com Desincorporação de Passivos |   | 244.617.822,20 | 171.239.640,36 |
|  **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas** |  | **1.552.724.801,08** | **2.845.860.692,38** |
|  Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas |   | 27.469.164,92 | 75,28 |
|  Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas |   | 1.525.255.636,16 | 2.845.860.617,10 |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | **19** | **93.763.440.952,36** | **67.398.898.834,63** |
|  **Pessoal e Encargos** |  | **59.071.125,98** | **57.358.548,74** |
|  Remuneração a Pessoal |   | 32.238.552,40 | 28.627.556,62 |
|  Encargos Patronais |   | 3.939.369,23 | 4.436.364,75 |
|  Benefícios a Pessoal |   | 2.276.248,07 | 1.921.756,23 |
|  Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos |   | 20.616.956,28 | 22.372.871,14 |
|  **Benefícios Previdenciários e Assistenciais** |  | **25.210.366.189,21** | **8.434.124.681,97** |
|  Aposentadorias e Reformas |   | 2.770.172,73 | 2.758.400,35 |
|  Pensões |   | 222.167,49 | 190.596,13 |
|  Benefícios Eventuais |   | 3.049.062.982,96 | 392.602.680,92 |
|  Políticas Públicas de Transferência de Renda |   | 22.142.262.237,00 | 8.037.503.671,39 |
|  Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais |   | 16.048.629,03 | 1.069.333,18 |
|  **Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo** |  | **268.388.385,36** | **535.653.997,55** |
|  Uso de Material de Consumo |   | 44.177.762,32 | 42.916,47 |
|  Serviços |   | 224.210.623,04 | 532.046.740,36 |
|  Depreciação, Amortização e Exaustão |   | - | 3.564.340,72 |
|  **Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras** |  | **1.126,42** | **1.648,59** |
|  Juros e Encargos de Mora |   | 1,94 | 330,59 |
|  Descontos Financeiros Concedidos |   | 1.124,48 | 1.318,00 |
|  **Transferências e Delegações Concedidas** |  | **67.961.415.834,78** | **56.385.737.406,64** |
|  Transferências Intragovernamentais |   | 66.806.248.011,01 | 56.075.349.866,23 |
|  Transferências Intergovernamentais |   | 1.130.402.927,98 | 310.387.540,41 |
|  Transferências ao Exterior |   | 2.014.079,89 | - |
|  Outras Transferências e Delegações Concedidas |   | 22.750.815,90 | - |
|  **Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos** |  | **252.821.430,43** | **438.745.530,92** |
|  Perdas Involuntárias |   | 65.009.539,43 | - |
|  Incorporação de Passivos |   | 1.093.329,28 | 196,58 |
|  Desincorporação de Ativos |   | 186.718.561,72 | 438.745.334,34 |
|  **Tributárias** |  | **78.667,45** | **74.279,22** |
|  Contribuições |   | 78.667,45 | 74.279,22 |
|  **Outras Variações Patrimoniais Diminutivas** |  | **11.298.192,73** | **1.547.202.741,00** |
|  Incentivos |   | 9.181,06 | 2.100,00 |
|  Constituição de Provisões |   | 5.835.082,49 | 1.547.200.000,00 |
|  Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas |   | 5.453.929,18 | 641,00 |
| **RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO** | **17** | **19.619.804.850,33** | **17.026.814.165,76** |

**Fonte: SIAFI**

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

|  |
| --- |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS** |
|  | **NE** | **2022** | **2021** |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS** | **20** | **113.383.245.802,69** | **84.425.713.000,39** |
|  **Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras** |  | **65.571.961,39** | **31.353.062,39** |
|  Juros e Encargos de Mora |   | 2.043.331,08 | 1.422.316,46 |
|  Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras |   | 63.466.732,12 | 29.914.995,93 |
|  Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras |   | 61.898,19 | 15.750,00 |
|  **Transferências e Delegações Recebidas** |  | **92.391.989.037,87** | **64.212.763.476,75** |
|  Transferências Intragovernamentais |   | 92.391.976.706,01 | 64.212.759.983,83 |
|  Outras Transferências e Delegações Recebidas |   | 12.331,86 | 3.492,92 |
|  **Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos** |  | **19.372.960.002,35** | **17.335.735.768,87** |
|  Ganhos com Incorporação de Ativos |   | 19.128.342.180,15 | 17.164.496.128,51 |
|  Ganhos com Desincorporação de Passivos |   | 244.617.822,20 | 171.239.640,36 |
|  **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas** |  | **1.552.724.801,08** | **2.845.860.692,38** |
|  Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas |   | 27.469.164,92 | 75,28 |
|  Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas |   | 1.525.255.636,16 | 2.845.860.617,10 |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** |  | **93.763.440.952,36** | **67.398.898.834,63** |
|  **Pessoal e Encargos** |  | **59.071.125,98** | **57.358.548,74** |
|  Remuneração a Pessoal |   | 32.238.552,40 | 28.627.556,62 |
|  Encargos Patronais |   | 3.939.369,23 | 4.436.364,75 |
|  Benefícios a Pessoal |   | 2.276.248,07 | 1.921.756,23 |
|  Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos |   | 20.616.956,28 | 22.372.871,14 |
|  **Benefícios Previdenciários e Assistenciais** |  | **25.210.366.189,21** | **8.434.124.681,97** |
|  Aposentadorias e Reformas |   | 2.770.172,73 | 2.758.400,35 |
|  Pensões |   | 222.167,49 | 190.596,13 |
|  Benefícios Eventuais |   | 3.049.062.982,96 | 392.602.680,92 |
|  Políticas Públicas de Transferência de Renda |   | 22.142.262.237,00 | 8.037.503.671,39 |
|  Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais |   | 16.048.629,03 | 1.069.333,18 |
|  **Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo** |  | **268.388.385,36** | **535.653.997,55** |
|  Uso de Material de Consumo |   | 44.177.762,32 | 42.916,47 |
|  Serviços |   | 224.210.623,04 | 532.046.740,36 |
|  Depreciação, Amortização e Exaustão |   | - | 3.564.340,72 |
|  **Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras** |  | **1.126,42** | **1.648,59** |
|  Juros e Encargos de Mora |   | 1,94 | 330,59 |
|  Descontos Financeiros Concedidos |   | 1.124,48 | 1.318,00 |
|  **Transferências e Delegações Concedidas** |  | **67.961.415.834,78** | **56.385.737.406,64** |
|  Transferências Intragovernamentais |   | 66.806.248.011,01 | 56.075.349.866,23 |
|  Transferências Intergovernamentais |   | 1.130.402.927,98 | 310.387.540,41 |
|  Transferências ao Exterior |   | 2.014.079,89 | - |
|  Outras Transferências e Delegações Concedidas |   | 22.750.815,90 | - |
|  **Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos** |  | **252.821.430,43** | **438.745.530,92** |
|  Perdas Involuntárias |   | 65.009.539,43 | - |
|  Incorporação de Passivos |   | 1.093.329,28 | 196,58 |
|  Desincorporação de Ativos |   | 186.718.561,72 | 438.745.334,34 |
|  **Tributárias** |  | **78.667,45** | **74.279,22** |
|  Contribuições |   | 78.667,45 | 74.279,22 |
|  **Outras Variações Patrimoniais Diminutivas** |  | **11.298.192,73** | **1.547.202.741,00** |
|  Incentivos |   | 9.181,06 | 2.100,00 |
|  Constituição de Provisões |   | 5.835.082,49 | 1.547.200.000,00 |
|  Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas |   | 5.453.929,18 | 641,00 |
| **RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO** |  | **19.619.804.850,33** | **17.026.814.165,76** |

**Fonte: SIAFI**

**III - Notas Explicativas**

**Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis**

Os Demonstrativos Contábeis do Ministério da Cidadania (órgão 55000) foram elaborados a partir do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001, da Lei Complementar nº 101/2000, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (MF/STN).

**Resumo dos Principais Critérios, Metodologias e Políticas Contábeis**

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Ministério.

* 1. **Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras**

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

* 1. **Caixa e Equivalentes de caixa 1**

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo.

* 1. **Créditos a Curto Prazo 2**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável bem como ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

* 1. **Demais Créditos e Valores**

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos; (ii) tributos a recuperar/compensar; (iii) depósitos restituíveis e valores vinculados; (iv) outros créditos a receber; (v) ajuste p/ perdas e (vi) demais créditos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original.

* 1. **Estoques 3**

Os estoques são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas pelo custo médio ponderado, conforme art. 106 da Lei nº 4.320/64.

* 1. **Ativo Realizável a Longo Prazo**

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos e (v) investimentos temporários. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

* 1. **Investimentos 4**

São compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

* 1. **Imobilizado 5**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Após a aquisição somente são incorporados valores que acrescentem na vida útil do bem e/ou sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

* 1. **Intangível 6**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, neste Ministério são os softwares destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quanto tiverem vida útil definida).

* 1. **Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis**

 A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes e é utilizada a tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, Assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

* 1. **Passivo Circulante**

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

* 1. **Provisões a Curto Prazo** **8**

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

* 1. **Ativos e passivos contingentes**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

* 1. **Apuração do resultado**

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1. Patrimonial;
2. Orçamentário; e
3. Financeiro.
	* 1. **Resultado Patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

* + 1. **Resultado orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

* + 1. **Resultado financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**Composição no SIAFI do Ministério da Cidadania**

Atualmente o Ministério da Cidadania está composto pelas seguintes unidades gestoras executoras ativas:

180002 DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA

180006 CEF/MINISTERIO DO ESPORTE

180009 SECRET. NACIONAL DE ESPORTE ALTO RENDIMENTO

180016 AUTORIDADE BRASILEIRA DE CONTROLE DE DOPAGEM

180060 DEPARTAMENTO DE GESTAO ESTRATÉGICA

180073 SEC. NAC. ESP., EDUCACAO, LAZER E INC. SOCIAL

180074 SE NAC. DE FUTEBOL E DEFESA DIR. TORCEDOR

180076 DEPTO DE INCENTIVO E FOMENTO AO ESPORTE

180080 AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO

180081 DGI CAIXA

330013 FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

400076 EMPREENDIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – SEISP

550002 SETORIAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS/MC

550003 SECRETARIA EXECUTIVA - DCT

550004 SETORIAL DE CONTABILIDADE/MC

550005 COORDENACAO GERAL DE LICITACOES E CONTRATOS.

550006 COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS/MC

550007 SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA

550008 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SEISP

550009 SECR. NAC. DE CUIDADOS E PREV. AS DROGAS

550010 SECRETARIA DE AVALIACAO E GESTAO DA INFORM.

550011 SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

550013 PROJETO DE OPERACIONALIZ. DOS PROGRAMAS SESAN

550015 PROJETO DE OPERACION. DOS PROGRAMAS DA SNAS

550018 DEPTO DE INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA - SEISP

550020 PROJ. DE OPERAC. DOS PROGRAMAS SESAN/BNB

550023 SEC. NACIONAL DE ATENÇÃO À PRIMEIRA INFANCIA

550025 SAA/SE/MC - CONDOMINIO BLOCO A

550026 ESCRITORIO DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLIMPICO

550027 SECRETARIA EXECUTIVA

550028 DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE ESPORTE

550029 SECRETARIA NACIONAL DE PARADESPORTO

**Auxílio Emergencial**

O Auxílio Emergencial (AE20) foi instituído pelo art. 2º da Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020, concedido em cinco parcelas, sendo três previstas pela referida Lei e mais duas por meio de prorrogação constante no Decreto nº 10.412, de 30 de junho de 2020. Ressalta-se que para os beneficiários monoparentais femininos foi previsto o pagamento de cota dupla. Assim, em todo o Brasil, em relação ao Auxílio Emergencial 2020, foram elegíveis 68,2 milhões de pessoas.

Em continuidade ao AE20, foi instituído o Auxílio Emergencial Residual (AER), por meio da Medida Provisória nº 1.000, de 03 de setembro de 2020, pago em até quatro parcelas mensais ao trabalhador beneficiário do auxílio emergencial de que trata o art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, até 31 de dezembro de 2020. Nesta fase de extensão do auxílio financeiro emergencial foram elegíveis 56,8 milhões de pessoas. Para esse auxílio também estava previsto cota dupla do benefício para mulheres monoparentais.

Já em 2021, por meio da Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021, foi instituído o Auxílio Emergencial 2021 (AE21), que estabeleceu o pagamento de sete parcelas às 39,4 milhões famílias elegíveis. Sendo para mulheres monoparentais, o valor do benefício concedido maior do que para os demais beneficiários (R$ 375,00). Além disso, vale destacar que apenas era permitido um beneficiário por família.

Desde abril de 2020, para que o benefício do auxílio financeiro de enfrentamento à pandemia da covid fosse operacionalizado de forma emergencial, foi necessário um esforço operacional gigantesco para que os pagamentos ocorressem da forma mais rápida possível.

Vale enfatizar que desde a Lei nº 13.982/2020 até a MP nº 1.039/2021 foram previstos diversos critérios e condições para elegibilidade dos cidadãos aos benefícios, que foram selecionados a partir de três públicos: beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), cadastrados no Cadastro Único até 02 de abril de 2020 (Cadastro Único não PBF) e demais trabalhadores inscritos por meio de plataforma disponibilizada pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) (ExtraCad). Para os dois primeiros públicos, o processo de avaliação dos critérios de elegibilidade e de concessão do Auxílio Emergencial se deu de forma automática, com base na análise dos dados já registrados no Cadastro Único até a data de 02 de abril.

Em junho de 2021 foi emitida a Lei Nº 14.171, alterando o artigo   [2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm#view) passando a vigorar com a seguinte redação: “A pessoa provedora de família monoparental receberá 2 (duas) cotas do auxílio emergencial, independentemente do sexo, observado o disposto nos §§ 3º-A, 3º-B e 3º-C deste artigo”. Desta forma, também passou a constar como recebedores da cota dupla os pais monoparentais e outros grupos.

 Considerando a inclusão dos homens monoparentais, em 12/01/2022 foi pago em parcela única totalizando R$ 2.428.619.400,00.

***Notas Explicativas do Balanço Patrimonial***

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

**Nota Explicativa nº 1 - Caixa e equivalentes de caixa**

No Ministério da Cidadania a Conta Caixa e Equivalentes de Caixa é composta pelas contas Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - OFSS e Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento - OFSS.

A 1ª registra o valor do limite de saque da conta única do ente federativo, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender a despesas com vinculação de pagamento de órgãos pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social.

A 2ª registra os valores que estão aguardando assinatura das Ordens de Pagamento pelo Ordenador de Despesa e Gestor Financeiro para a geração da Ordem Bancária.

**Nota Explicativa nº 2 - Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo**

Compreende a composição dos valores a receber por diversas transações realizáveis no curto prazo e no longo prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, podendo ser ajustado na ocasião de perdas estimadas.

**2.1. Adiantamento de Transferências Legais**

Na conta 11311.07.00 – Adiantamento de Transferências Legais há um saldo de R$ 467.115.978,57 pertencente ao Fundo Nacional de Assistência Social. Deste saldo, R$ 372.161.452,97 (79,67%) se refere a exercícios anteriores e estão pendentes de prestação de contas. Todavia, o primeiro repasse para esse tipo de execução ocorreu no exercício de 2018, sendo o prazo de execução excepcionalmente prorrogado até 31 de dezembro de 2021, conforme o disposto no §3º do art. 36 da Portaria Ministerial nº 580, de 31 de dezembro de 2020.

**2.2 Cessão de Servidor**

Há ainda um montante de R$ 7.192.115,68 a receber por cessão de servidor à época do extinto Ministério do Esporte na conta 11381.12.00 – Créditos a Receber por Cessão de Pessoal e de R$ 51.704,49 na conta 11382.12.00 – Créditos a Receber por Cessão de Pessoal – Intra. Esses valores já foram questionados a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.

**2.3. Termo de Execução Descentralizada**

Dentre as contas que compõem o saldo de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, a que causa maior impacto em relação ao grupo de contas é a de 11382.38.00 - Adiantamento de Termo de Descentralização Externa – TED, que contabiliza os créditos ocasionados pelos repasses realizados a outras entidades e permanecem até que haja comprovação por meio de prestação de contas do órgão recebedor. No caso do Ministério da Cidadania, mais de 98% do saldo constante no grupo de contas se refere ao Fundo Nacional de Assistência Social conforme tabela abaixo:

***Tabela nº 01 – Termo de Execução Descentralizada FNAS***

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **TED**  | **FAVORECIDO** | **VALOR** | **VIGÊNCIA** |
| 1AADWW | 510002/57202 - INSS/DC SETORIAL ORCAMENTARIA | R$ 66.331.643.574,25 | 31/12/2021 |
| 1AAHBY | 510002/57202 - INSS/DC SETORIAL ORCAMENTARIA | R$ 18.925.500.000,00 | 31/12/2022 |
| **TOTAL** | **R$ 85.257.143.574,25** |  |

Fonte SIAFI.

O TED 1AADWW possui por objeto o pagamento de Benefícios e Despesas Operacionais referentes ao requerimento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada – BPC, instituído pela Constituição Federal em seu artigo 203, e da Renda Mensal Vitalícia - RMV, instituída pela Lei nº 6.179/74.

Segue abaixo detalhamento quanto à natureza do TED 1AADWW:

a) Descrição do objeto do TED: Termo de Execução Descentralizada de crédito orçamentário e repasse financeiro destinado ao pagamento de benefícios e despesas operacionais referentes ao requerimento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada - BPC e da Renda Mensal Vitalícia - RMV.

b) Cláusulas significativas do contrato, que possam afetar seu montante, prazo, e a segurança acerca dos fluxos de caixa futuros: No entendimento da área técnica, não há cláusulas do TED que possam afetar seu montante, prazo, e a segurança acerca dos fluxos de caixa futuros.

c) A natureza e extensão (por exemplo, quantidade, prazos ou valores):

|  |
| --- |
| **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **METAS**  | **DESCRIÇÃO** | **Unidade de Medida** | **Quantidade\*** | **Valor** | **Valor Total (em R$ 1,00)** | **Início** | **Fim** |
| **Unitário (em R$ 1,00)** |
| **META 1**  | **00H5** - Pagamento de BPC e RMV a pessoas idosas  | Benefício pago  | 2.229.148 | 1.070,00 | 28.245.608.749 | Janeiro de 2021  | Dezembro de 2021  |
| **META 2**  | **00IN** - Pagamento de BPC e RMV a pessoas com deficiência  | Benefício pago  | 2.911.459 | 1.070,00 | 36.456.735.156 | Janeiro de 2021  | Dezembro de 2021  |
| **META 3**  | **2589** - Avaliação e operacionalização do BPC e manutenção da RMV   | Benefício avaliado  | 1.133.000\*\*\* | (envio de cartas, indenizações, restituições, pagamento de diárias e passagens, deslocamento de requerentes e beneficiários do BPC e despesas de exercícios anteriores)   | 8.500.000 | Janeiro de 2021  | Dezembro de 2021  |
| **META 4**  | **2583** - Processamento de dados do BPC e da RMV  | Benefício processado  | 59.000.000 | 0,91 | 49.000.000 | Janeiro de 2021  | Dezembro de 2021  |
| **TOTAL (em R$ 1,00)** |   |   |   |    | **64.759.843.905** |   |   |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| \*A quantidade prevista nas metas 1 a 2 refere-se à previsão do número de benefícios a serem pagos no mês de dezembro de 2021.  |   |
| As metas 3 a 4 são estimadas pelo total acumulado do ano.  |
| \*\* Estimativa da quantidade de benefícios avaliados.   |
|  |  |  |  |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| 10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO  |
|  |  |  |  |  |
| **MÊS/ANO**  | **VALOR\***  |   |   |   |
| Mensal: de janeiro a dezembro de 2021  | R$ 28.245.608.749,00 |   |   |   |
| Mensal: de janeiro a dezembro de 2021  | R$ 36.456.735.156,00 |   |   |   |
| Mensal: de janeiro a dezembro de 2021  | R$ 8.500.000,00  |   |   |   |
| Mensal: de janeiro a dezembro de 2021  | R$ 49.000.000,00 |   |   |   |
|  |  |  |  |  |
| \* Valores consolidados para o período de 12 meses, com desembolso mensal de acordo com a execução.  |

1. Informação sobre a natureza da conta “TED a comprovar: Ativo onde são registrados os valores relativos a adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, que ainda tiveram suas prestações de contas aprovadas.

O TED 1AAHBY possui por objeto o pagamento de Benefícios e Despesas Operacionais referentes ao requerimento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada – BPC, instituído pela Constituição Federal em seu artigo 203, da Renda Mensal Vitalícia - RMV, instituída pela Lei nº 6.179/74, e do Auxílio Inclusão – AI, instituído pela Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021.

Segue abaixo detalhamento quanto à natureza do TED 1AAHBY:

a) Descrição do objeto do TED: Termo de Execução Descentralizada de crédito orçamentário e repasse financeiro destinado ao pagamento de benefícios e despesas operacionais referentes ao requerimento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada – BPC, da Renda Mensal Vitalícia – RMV e do Auxílio Inclusão - AI.

b) Cláusulas significativas do contrato, que possam afetar seu montante, prazo, e a segurança acerca dos fluxos de caixa futuros: No entendimento da área técnica, não há cláusulas do TED que possam afetar seu montante, prazo, e a segurança acerca dos fluxos de caixa futuros.

c) A natureza e extensão (por exemplo, quantidade, prazos ou valores):

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**  |   |   |   |   |   |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **METAS**  | **DESCRIÇÃO** | **Unidade de Medida** | **Quantidade\*** | **Valor** | **Valor Total (em R$ 1,00)** | **Início** | **Fim** |
| **Unitário (em R$ 1,00)** |
| **META 1**  | **00H5 -** Pagamento de BPC e RMV a pessoas idosas  | Benefício pago  | 2.288.137  | 1.210  | 33.342.003.162  | Janeiro de 2022  | Dezembro de 2022  |
| **META 2**  | **00IN -**Pagamento de BPC e RMV a pessoas com deficiência  | Benefício pago  | 2.701.778  | 1.210  | 41.191.445.276  | Janeiro de 2022  | Dezembro de 2022  |
| **META 3**  | **00TZ -** Auxílio-inclusão às pessoas com deficiência  | Benefício pago  | 43.006  | 605  | 192.785.721  | Janeiro de 2022  | Dezembro de 2022  |
| **META 4**  | **2589 -**Avaliação e operacionalização do BPC e manutenção da RMV   | Benefício avaliado  | 221.910\*\*  | (envio de cartas, indenizações, restituições, pagamento de diárias e passagens, deslocamento de requerentes e beneficiários do BPC e despesas de exercícios anteriores)   | 8.500.000  | Janeiro de 2022  | Dezembro de 2022  |
| **META 5**  | **2583 -**Processamento de dados do BPC e da RMV  | Benefício processado  | 53.846.153  | 0,91  | 49.000.000  | Janeiro de 2022  | Dezembro de 2022  |
| **META 6**  | **21DT** **-**Operacionalização do Auxílio-inclusão às pessoas com deficiência  | Benefício processado  | 356.496  | (avaliação e processamento de benefícios)  | 558.053  | Janeiro de 2022  | Dezembro de 2022  |
| **TOTAL (em R$ 1,00)** |   |   |   |    | **74.784.292.212** |   |   |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| \*A quantidade prevista nas metas 1 a 3 refere-se à previsão do número de benefícios a serem pagos no mês de dezembro de 2022.  |   |
| As metas 4 a 6 são estimadas pelo total acumulado do ano.  |
| \*\* Estimativa da quantidade de benefícios avaliados.   |

 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**  |   |   |   |   |
|  |  |  |  |  |
| **MÊS/ANO**  | **VALOR\***  |   |   |   |
| Mensal: de janeiro a dezembro de 2022  | R$ 33.342.003.162,00  |   |   |   |
| Mensal: de janeiro a dezembro de 2022  | R$ 41.191.445.276,00  |   |   |   |
| Mensal: de janeiro a dezembro de 2022  | R$ 192.785.721,00  |   |   |   |
| Mensal: de janeiro a dezembro de 2022  | R$ 8.500.000,00  |   |   |   |
| Mensal: de janeiro a dezembro de 2022  | R$ 49.000.000,00  |   |   |   |
| Mensal: de janeiro a dezembro de 2022  | R$ 558.053,00  |   |   |   |
|  |  |  |  |  |
| \* Valores consolidados para o período de 12 meses, com desembolso mensal de acordo com a execução.  |

d) Informação sobre a natureza da conta “TED a comprovar: Ativo onde são registrados os valores relativos a adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, que ainda tiveram suas prestações de contas aprovadas.

Segue abaixo levantamento com o montante nas demais unidades gestoras que possuem Termos de Descentralização Externa cujas vigências já se encontram expiradas há mais de 330 dias (considerando os prazos estabelecidos no Decreto nº 10.426/2020, 120 dias para apresentação do Relatório de Cumprimento do Objeto (RCO) + 30 dias de prorrogação + 180 dias de análise do RCO):

***Tabela nº 02 – Termos de Execução Descentralizada Vencidos (Data Base 31/03/2022)***

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **UG** | **Qtd. de TEDs expirados** | **Não Apresentaram Prestação de Contas** | **Análises de Prestação de Contas Iniciadas até 31/03/2022** | **Análises de Prestação de Contas Não Iniciadas até 31/03/2022** |
| 180002 | 8 | 4 |  - | 4 |
| 180009 | 6 | 1 | 4 | 2 |
| 180073 | 18 | 8 | 12 | 6 |
| 180074 | 7 | 2 | 4 | 3 |
| 400076 | 4 | 1 | 4 |  - |
| 550005 | 15 | 2 | 3 | 12 |
| 550008 | 4 |  - | 4 |  4 |
| 550009 | 6 | 3 | 3 | 3 |
| 550026 | 1 | 1 |  - |  1 |
| **TOTAL** | **69** | **21** | **34** | **35** |

Desta forma, em 31/03/2022 havia 69 TEDs com prazo de análise de cumprimento do objeto expirado totalizando em R$ 565.901715,96. Este montante corresponde a cerca de 40,70% do valor total de R$ 1.390.321.324,66 constante na conta 11382.38.00 – Adiantamento – Termo Execução Descentralizada constante no órgão não superior 55000.

Como se pode depreender da tabela nº 2, dos 69 TEDs expirados 34 já tiveram as Análises de Prestação de Contas iniciadas.

Quanto aos TEDs que não tiveram qualquer documentação apresentadas, as áreas técnicas já foram orientadas a proceder com o estabelecido no artigo 30 do Decreto nº 10.426/2020:

*“Art. 30. Este Decreto poderá ser aplicado aos TED celebrados anteriormente à data de sua publicação, por meio de termo aditivo, desde que haja benefício à execução do objeto.*

*Parágrafo único. À exceção das disposições do****caput****, os TEDs firmados anteriormente à data de publicação deste Decreto permanecerão regidos pelas disposições:*

*I - do*[*Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993*](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0825.htm)*;*

*II - do*[*Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007*](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6170compilado.htm)*; e*

*III - da legislação setorial vigente na data de sua celebração.”*

**2.4. Diversos Responsáveis**

Nas contas do grupo Créditos por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU, o maior saldo está na conta “121210508 - Crédito a Receber por falta/irregularidade na Comprovação”. Nela são realizados os registros dos valores correspondentes à falta de documentação comprobatória da execução da despesa, inclusive as apresentações fora do prazo legal, bem como a inadimplência na comprovação de instrumentos de transferência ou ainda irregularidade na documentação, com imputação da responsabilidade (quando for instaurada tomada de contas especial após apreciação pelo Tribunal de Contas da União –TCU).

Ainda em 2021 foram iniciados os lançamentos de atualização monetária das contas correntes com montante acima de R$ 1.000.000,00 constantes na conta supracitada. As atualizações dos demais valores e dos demais créditos a receber por falta/Irregularidade decorrentes de decisões do Tribunal de Contas da União - TCU serão realizadas ao longo de 2022.

Simultaneamente, foram lançados como ajustes de perdas para os créditos a receber por falta/Irregularidade na comprovação decorrentes de decisões do Tribunal de Contas da União – TCU e os valores de perdas também serão atualizados ao longo de 2022. Segue abaixo tabela com valores constantes na conta 12121.99.02 – Ajuste de Perdas de Créditos Apurados em TCE.

***Tabela nº 03 – Ajuste de Perdas na Conta 12121.05.08 - 12121.99.02 – Ajuste de Perdas de Créditos Apurados em TCE***

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Conta de Referência** | **UG** | **Valores** |
| 12121.05.08 | 180002 | R$ 61.033.817,97 |
| 180006 | R$ 710.777,51 |
| 180073 | R$ 763.445,41 |
| 400076 | R$ 5.457.066,10 |
| 550008 | R$ 80.449.556,23 |
| 550009 | R$ 1.857.012,43 |
|  | 330013 | R$ 151.669.935,28 |
| **TOTAL** | **R$ 301.941.610,93** |

Fonte: SIAFI.

Como metodologia de cálculo para o Ajuste de perdas dessa conta foram utilizados os preceitos estabelecidos na Macrofunção 020342 – Ajustes para Perdas Estimadas e o percentual aplicado foi de 99,65% haja vista que considerando o histórico de recebimentos de 2019 a 2021 correspondeu a apenas 0,35% conforme evidenciado em tabela abaixo:

***Tabela nº 04 - Recebimentos na conta 12121.05.08 - Créditos a Receber por falta/Irregularidade na comprovação***

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Exercício**  | **Média mensal de recebimentos (A)** | **Média mensal de saldo de contas a receber (B)** | **Percentual de recebimento (A/B)** |
| 2019 | R$ 0,00 | R$ 56.118.783,64 | 0,00% |
| 2020 | R$ 674.641,12 | R$ 96.799.040,06 | 0,07% |
| 2021 | R$ 504.869,69 | R$ 149.253.949,63 | 0,34% |
| **Percentual médio de recebimento do período** | **0,35%** |

Contas julgadas irregulares pelo TCU sem o respectivo reconhecimento contábil em conta de diversos responsáveis

Em 2021, o Ministério da Cidadania passou por processo de Auditoria Financeira e um dos apontamentos levantados pela Controladoria – Geral da União – CGU foi a falta de registro contábil de contas julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas da União na conta 12121.05.00 – Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU e foi apontada uma subavaliação do ativo na ordem de R$ 26 milhões. Ao longo do primeiro trimestre os acórdãos apontados foram devidamente registrados. Para evitar falta de registros ou registros intempestivos, o fluxo processual está sendo reanalisado para obter mais celeridade.

**2.5. Demais Ajustes de Perdas**

Seguem abaixo saldos atuais dos demais ajustes de perdas. Os Ajustes de perda referente ao auxílio emergencial serão tratados no item 2.8.

***Tabela nº 05 – Ajustes de Perdas***

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Conta** | **UG** | **Valor** |
| 12121.04.11 - Falta ou Irregularidade de Comprovação | 180002 | R$ 1.104.921,30 |
| 180073 | R$ 133.501,55 |
| 180074 | R$ 104.905,24 |
| 180076 | R$ 1.021.695,07 |
| 550008 | R$ 132.769,18 |
| 12121.05.05 – Créditos a Receber de Responsáveis por Danos/Perdas | 180006 | R$ 1.1061.478,89 |
| 550008 | R$ 422.238,21 |
| 12121.05.17 – Créditos a Receber decorrentes de Irregularidades em Benefícios | 550007 | R$ 2.573.979,54 |

Como metodologia de cálculo para o Ajuste de perdas dessas contas foram utilizados os preceitos estabelecidos na Macrofunção 020342 – Ajustes para Perdas Estimadas e o percentual aplicado foi de 97,71%, 100% e 99,90%, respectivamente, haja vista que considerando o histórico de recebimentos de 2019 a 2021 correspondeu a apenas 2,29%, 0,00% e 0,11% conforme evidenciado nas tabelas abaixo:

***Tabela nº 06 – Ajuste de Perdas da conta 12121.04.11 - Falta ou Irregularidade de Comprovação***

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Exercício**  | **Média mensal de recebimentos (A)** | **Média mensal de saldo de contas a receber (B)** | **Percentual de recebimento (A/B)** |
| 2019 | R$ 0,00 | R$ 129.092,17 | 0,00% |
| 2020 | R$ 9.039,19 | R$ 1.238.195,16 | 0,73% |
| 2021 | R$ 156.969,42 | R$ 2.555.529,72 | 6,14% |
| **Percentual médio de recebimento do período** | **2,29%** |

***Tabela nº 07 – Ajuste de Perdas da conta 12121.05.05 – Créditos a Receber de Responsáveis por Danos/Perdas***

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Exercício**  | **Média mensal de recebimentos (A)** | **Média mensal de saldo de contas a receber (B)** | **Percentual de recebimento (A/B)** |
| 2019 | R$ 0,00 | R$ 6.775.192,31 | 0,00% |
| 2020 | R$ 0,00 | R$ 9.202.775,16 | 0,00% |
| 2021 | R$ 0,00 | R$ 11.483.717,10 | 0,00% |
| **Percentual médio de recebimento do período** | **0,00%** |

***Tabela nº 08 – Ajuste de Perdas da conta 12121.05.17 - Créditos a Receber decorrentes de Irregularidades em Benefícios***



**2.6. Transferências Voluntárias**

Em 2021, o Ministério da Cidadania passou por processo de auditoria realizado pela Controladoria-Geral da União – CGU. Um dos apontamentos trazidos pela CGU se refere a um montante de R$ 17.900.883,52 de Transferências Voluntárias vencidas constantes na conta 215310000 – Transferências Discricionárias a Pagar – Consolidação e um montante de R$ 2.245.831,37 constante na mesma conta referente a instrumentos vigentes, porém com valores a pagar superiores ao constante na Plataforma + Brasil.

Considerando que a unidades gestoras envolvidas são executadas pela Caixa Econômica Federal, o Ministério ainda está em tratativas com esta entidade quanto às providências que serão adotadas para sanar a situação.

**2.7. Créditos a Receber - Auxílio Emergencial**

Em 2021 foram reconhecidos os Créditos a Receber decorrentes de Dano ao Patrimônio referentes aos pagamentos indevidos a título de Auxílio Emergencial 2020, Auxílio Residual e Auxílio Emergencial 2021 nos seguintes montantes:

Auxílio Emergencial 2020 (AE20) – R$ 6.364.514.742,00;

Auxílio Emergencial Residual (AER) – R$ 1.597.455.658,00; e

Auxílio Emergencial 2021 (AE21) – R$ 1.947.966.960,00.

Total: R$ 9.909.937.360,00

Metodologia de Cálculo dos Créditos a Receber:

Durante 2020 e 2021 o Ministério da Cidadania passou por auditorias da Controladoria-Geral da União – CGU e um dos apontamentos levantados remete ao registro de créditos a receber de pagamentos realizados indevidamente a título de Auxílio Emergencial.

Considerando esses apontamentos, o Ministério da Cidadania em conjunto com a Dataprev definiu metodologia de enquadramento dos apontamentos em seis categorias:

* **Melhoria**: identifica os requerentes que constam na base analítica do mês de referência, mas não foram identificados pela Dataprev na análise de elegibilidade com o apontamento da CGU. Ou seja, esse achado deveria ter sido identificado e o requerente deveria ter sido considerado inelegível.
* **Temporalidade**: identifica os requerentes que não estavam marcados como inelegíveis no mês da elegibilidade, mas cujo apontamento da CGU foi encontrado em bases analíticas posteriores. Ou seja, no momento em que a elegibilidade foi processada, o CPF ou NIS cumpria todos os requisitos conforme a base analítica competente, mas, posteriormente, identificou-se nas bases analíticas subsequentes que o CPF passou a não cumprir mais os critérios.
* **Dentro da Regra**: identifica que o requerente atendeu às regras de elegibilidade no momento de processamento e que os indícios de desconformidade com as regras apontados pela CGU não se confirmaram mesmo utilizando bases analíticas posteriores.
* **Judicial**: identifica os casos em que a pessoa se tornou elegível por decisão judicial.
* **Extrajudicial**: identifica os casos em que a pessoa se tornou elegível por decisão extrajudicial.
* **Inelegível**: identifica que o requerente foi considerado inelegível no processamento de elegibilidade.

A partir das análises técnicas realizadas pela Dataprev e em atenção à necessidade de indicação de possíveis valores de pagamento indevidos nas três fases do auxílio financeiro emergencial (**AE20, AER**e**AE21**) para subsidiar a escrituração contábil das contas do Ministério da Cidadania, foram apresentadas estimativas aprovadas no âmbito do Comitê Gestor do Auxílio Emergencial - **COGAE**, instituído pela Portaria nº 408/GM/MC, de 8 de junho de 2020.

Referente ao **AE20**, na reunião do COGAE foi indicado provisoriamente o valor de **R$ 6.364.514.742,00**, considerando parcelas analisadas tecnicamente pela DATAPREV nas classificações “**Melhoria**” e “**Temporalidade**”, e também, considerando achados em análise pela empresa, com indícios de pagamentos indevidos. Segue abaixo detalhamento:

**Quadro 01 – Quantidade de Parcelas, Beneficiários e Valores**



Para o **AER**foi apresentado, provisoriamente, para escrituração, o montante de **R$ 1.597.455.658,00**. Este valor tem por base informações disponibilizadas pela Caixa Econômica Federal, relacionadas aos pagamentos do Auxílio Emergencial Residual para os Públicos Extracad e CadÚnico, efetivados no período de 29.09.2020 a 31.01.2021, e para o Público Bolsa Família, efetivados no período de 19.09.2020 a 29.12.2020, e em decorrência do cruzamento dessas informações com registros de outras bases de dados. Segue abaixo tabela com detalhamento do valor por público:

***Tabela nº 09 – Auxílio Emergencial Residual***

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Público** | **Parcelas** | **Beneficiários** | **Valor** |
| Extracad | 2.215.125 | 942.605 | R$731.850.912,00 |
| CadÚnico | 761.275 | 285.394 | R$245.296.800,00 |
| Bolsa Família | 2.097.342 | 605.811 | R$620.307.946,00 |
| Total | 5.073.742 | 1.833.810 | R$1.597.455.658,00 |

Fonte: Relatório de Avaliação nº 925618.

Por fim, para o**AE21,** também de forma provisória, informou-se o total de **R$ 1.947.996.960,00** (um bilhão, novecentos e quarenta e sete milhões, novecentos e noventa e seis mil novecentos e sessenta reais) dos públicos**Cadastro Único não PBF, ExtraCad** e **PBF**. Este valor é relativo aos benefícios que foram bloqueados ou cancelados pelo Ministério da Cidadania, de forma preventiva enquanto as análises são realizadas pela Dataprev, em razão dos apontamentos da CGU. Segue detalhamento:

**Quadro 02 – Distribuição dos valores apontados como bloqueados/cancelados no AE21 por tipo de público**



Assim, o valor escriturado nas contas do Ministério da Cidadania resulta no montante de **R$ 9.909.937.360,00** (nove bilhões, novecentos e nove milhões, novecentos e trinta e sete mil trezentos e sessenta reais), ressaltando-se que a possibilidade de revisão em momento posterior.

**2.8. Ajuste de Perda - Auxílio Emergencial**

Também foram reconhecidos os lançamentos de perdas referentes a esses ativos na conta 12121.99.03 – Ajuste de Perdas de Outros Créditos nos seguintes montantes:

Auxílio Emergencial 2020 – R$ 6.357.513.775,78;

Auxílio Residual – R$ 1.595.698.456,78; e

Auxílio Emergencial 2021 – R$ 1.945.824.196,34.

Total: R$ 9.899.036.428,90

***Tabela nº 10 – Ajuste de Perda Auxílio Emergencial***

|  |  |
| --- | --- |
| Créditos a Receber de Auxílio Emergencial |  R$ 9.909.937.360,00 |
| Alíquota aplicada de Ajuste de Perdas |  99,89% |
| Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores |  R$ 9.899.036.428,90 |

Metodologia de Cálculo do Ajustes de Perda:

Como metodologia de cálculo do ajuste de perda do auxílio emergencial, além dos preceitos estabelecidos na Macrofunção 020342 – Ajustes para Perdas Estimadas, considerando não haver histórico de recebimento a título de Auxílio Emergencial, foram utilizados os percentuais de perdas estimadas de valores a recuperar dos últimos três anos (2018, 2019 e 2020) do Programa Bolsa Família – PBF. Para embasamento do percentual, também foram solicitadas informações a Órgãos externos (Ministério do Trabalho e Previdência Social, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS), buscando a mesma informação relacionada à benefícios similares ao Auxílio Emergencial (Seguro-Desemprego, Dívida Ativa da União, benefícios de aposentadorias a ressarcir em virtude de óbito e de Seguro Defeso - Pescador Artesanal), utilizando os critérios descritos na macrofunção supracitada.

Segue abaixo tabela com percentual de perda referente ao Programa Bolsa Família:

 

 Considerando que os valores apresentados pelos demais órgãos supracitados eram bem próximos ao da tabela acima, bem como a similaridade do perfil de público de beneficiários, dos benefícios citados e seus percentuais de perdas na recuperação de valores a receber, a unidade responsável optou por adotar o quociente do histórico do Programa do Bolsa Família como índice de ajuste para perdas estimadas de valores a receber do Auxílio Emergencial, de 99,89%.

**Nota Explicativa nº 3 - Estoque**

 Atualmente o Ministério da Cidadania possui saldos de Estoques de Almoxarifado lançados em 4 unidades gestoras: 180002 – Departamento de Gestão Interna, 180080 – Autoridade de Governança do Legado Olímpico, 550005 – Coordenação-Geral de Licitações e Contratos e 550025- SAA/ Condomínio do Bloco A. Não foi possível efetuar a conferência dos saldos constantes no SIAFI no primeiro trimestre devido à falta de encaminhamento do Relatório Mensal de Movimentação do Almoxarifado – RMA.

**Nota Explicativa nº 4 - Investimentos**

Não há investimentos realizados.

**Nota Explicativa nº 5 - Imobilizado**

Bens Móveis

Na conta de **Bens Móveis** são registrados os valores de aquisição ou incorporação de bens corpóreos, que tem existência material e que podem ser transportados pelo próprio movimento ou removidos por força alheia, sem alteração da sua substância ou da destinação econômico-social, que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

Segue abaixo composição de março/2022 dos bens móveis:

***Tabela nº 11 – Bens Móveis***

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Conta** | **Saldo** | **Percentual** |
| 1.2.3.1.1.01.00 - MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA | R$14.938.011,68 | 9,28% |
| 1.2.3.1.1.02.00 - BENS DE INFORMATICA | R$78.898.233,04 | 49,00% |
| 1.2.3.1.1.03.00 - MOVEIS E UTENSILIOS | R$27.049.113,33 | 16,80% |
| 1.2.3.1.1.04.00 - MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICACAO | R$2.770.762,66 | 1,72% |
| 1.2.3.1.1.05.00 - VEICULOS | R$36.178.488,53 | 22,47% |
| 1.2.3.1.1.99.00 - DEMAIS BENS MOVEIS | R$1.190.274,63 | 0,74% |
| TOTAL | R$ 161.024.883,87 |  |

Fonte: SIAFI

Ao analisar a conta 12311.05.00 – Veículos, foram observadas diversas entradas de veículos destinados a doação para instituições que prestam auxílio aos dependentes químicos. Devido ao alto montante registrado, foi constatado que o registro da doação no SIAFI está sendo realizado apenas após a conclusão da transferência junto aos órgãos de trânsito envolvidos. A área técnica foi então orientada a proceder com os registros tempestivamente. Então ainda em 2021 esses registros foram iniciados, porém ainda há um montante de superavaliação do ativo de R$ 27.819.774,77 com data base de 31/03/2022.

No Ministério da Cidadania as Unidades Gestoras já estão utilizando plenamente o sistema SIADS, porém, por um problema sistêmico, em algumas unidades que não estavam realizando o lançamento da depreciação acumulada tempestivamente, não foi possível atualizar o valor retroativo. Para esses casos, a Coordenação de Patrimônio já está em tratativas com o Tesouro Nacional e com o Serpro.

Bens Imóveis

Na conta de **Bens Imóveis** são registrados os valores dos bens imóveis, que são bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente.

No dia 29 de novembro de 2021, por solicitação Superintendência do Patrimônio da União – SPU para devolução de parte do espaço ocupado no bloco A, foi efetuada uma baixa no montante de R$ 4.162.430,28 (na conta 12321.01.02 – Edifícios, referente a devolução de área de ocupação do 3º e 4º pavimento do Bloco A. Esta devolução foi solicitada para que a SPU em seguida procedesse com registro no SPIUnet de todos os pavimentos ocupados pelo Ministério da Cidadania no bloco A (ocupação parcial ou integral do subsolo, térreo, 1º, 2º, 3º, 5º, 7º e 8º pavimentos), em um único “Termo de Recebimento”. Todavia, até a presente data a SPU não procedeu para com o registro de referido termo no SPIUNet, ocasionando uma subavaliação do ativo de cerca de R$ 49.254.493,11 referente à área de ocupação do Ministério da Cidadania no Bloco A.

Em 17/03/2022 foi efetuada a baixa R$ 1.043.076,50 da conta 12321.01.02 - Edifícios transferindo terreno não utilizado para a Superintendência do Patrimônio da União – SPU.

A conta Bens Imóveis em Andamento possui seu saldo composto basicamente por obras em andamento e estudos e projetos. Parte do saldo de obras em andamento era composto por obras iniciadas para atender aos Jogos Pan Americanos de 2007, reforma do Centro Olímpico de Treinamento e por benfeitorias realizadas em imóveis da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Ao longo de 2021 estes valores foram baixados e ou reclassificados restando um saldo de R$ 93.211.544,52 correspondente a tarifas pagas à Caixa Econômica Federal para acompanhamento de obras decorrentes de Contratos de Repasse. Em tratativas recentes com a Coordenação de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, o Ministério foi orientado a não registrar mais os pagamentos dessas tarifas na conta de 12321.06.01 - Obras em Andamento, mas sim na conta 11311.99.00 - Adiantamentos Diversos Concedidos bem como reclassificar os lançamentos já efetuados posteriormente. Desta forma, estes ajustes estão em andamento.

Em 2016 foi assinado o Termo de Cessão de Uso nº 139/2016-SPA entre o extinto Ministério do Esporte e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, onde a prefeitura, na condição de cedente, disponibilizou por 25 anos ao Ministério do Esporte, cessionário, a posse das Arenas Carioca 1 e 2, do Velódromo Olímpico e do Centro Olímpico de Tênis, integrantes do Parque Olímpico da Barra. Este Termo de Cessão não foi registrado até o momento. Porém o Ministério da Cidadania está em análise quanto ao valor a ser registrado e em tratativas com a CCONT/STN para orientação técnica para o registro.

**Nota Explicativa nº 6 - Intangível**

Atualmente o ministério possui saldo apenas na UG 550005 – Coordenação-Geral de Licitações e Contratos na conta de Softwares com vida útil indefinida não cabendo, portanto, amortização, mas sim uma reavaliação dos bens.

Em janeiro/2022 foi efetuada uma desativação de R$ 37.238.796,17 na conta 12411.02.01 - SOFTWARES referente a softwares que não estavam mais sendo utilizados.

**Nota Explicativa nº 7 - Obrigações Trabalhista, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo**

 Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios os quais o empregado ou servidor tenha direito: aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo e no longo prazo.

No Ministério o maior impacto é causado pela conta Precatórios de Benefícios Previdenciários, onde são registradas as obrigações referentes a precatórios de proventos de aposentadoria, reformas ou pensões. Os registros são realizados pelos Tribunais diretamente na Unidade Gestora referente a Requisições de Pequenos Valores.

**Nota Explicativa nº 8 - Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo, segregando as provisões para benefícios a empregados dos demais itens**

Curto Prazo:

No curto prazo estão sendo contabilizadas as provisões decorrentes de sentenças judiciais na UG 330013 - Fundo Nacional de Assistência Social.

Também no curto prazo, na conta 21791.99.00 – Outras Provisões a Curto Prazo, constam os saldos referentes a provisões para a judicialização e contestação dos pagamentos do auxílio emergencial 2020, auxílio emergencial 2021 e auxílio emergencial residual Covid-19. O saldo nesta conta totalizou em dezembro de 2020 no montante de R$ 1.925.200.000,00, porém ao longo de 2021 esta provisão não foi utilizada uma vez que os pagamentos foram realizados por meio de execução de Restos a Pagar existentes. Desta forma esse valor foi integralmente baixado no dia 30/12/2021.

Ainda nesta data, foi provisionado na conta 21791.99.00 – Outras Provisões a Curto Prazo o valor de R$ 1.136.943.924,50 também referente a judicialização e contestação dos pagamentos do auxílio emergencial 2020, auxílio emergencial 2021 e auxílio emergencial residual Covid-19. Este valor coincide com os valores inscritos como Restos a Pagar Não Processados e isto foi informado à área técnica responsável.

Segue abaixo metodologia de cálculo apresentada pela área técnica responsável pelo registro:

De acordo com a área técnica responsável, o montante de provisionado foi mensurado com base em estimativas de necessidades orçamentárias relativas ao Auxílio Emergencial 2020, Auxílio Emergencial Residual e Auxílio Emergencial 2021 para eventual inscrição em Restos a Pagar 2021/2022.

Para tanto foram utilizadas as informações contidas nas tabelas nº 12 – Público Extracad e CadÚnico e nº 13 – Público PBF abaixo. A primeira tabela contém as características de cada fase do Público Extracad e CadÚnico não PBF. Já a segunda tabela possui informações do público do Programa Bolsa Família – PBF dividido por Auxílio Emergencial 2020, Auxílio Emergencial Residual e Auxílio Emergencial 2021.

***Tabela nº 12 – Público Extracad e CadÚnico***



***Tabela nº 13 – Público PBF***



Desta forma foi provisionado os valores abaixo detalhado por tipo de Auxílio:

***Tabela nº 14 – Inscrição de Provisão***

|  |  |
| --- | --- |
| **Tipo de Auxílio** | **Valores** |
| AE 2020 | Auxílio Emergencial 2020 – Beneficiários PBF | R$ 2.129.458,59 |
| AE 2021 | Auxílio Emergencial 2021 – Beneficiários PBF | R$ 286.274.465,91 |
| Auxílio Emergencial 2021 – CadÚnico exceto PBF | R$ 164.918.418,00 |
| Auxílio Emergencial 2021 – Aplicativo Caixa | R$ 659.261.582,00 |
| Auxílio Emergencial 2021 – Demandas Judiciais | R$ 24.360.000,00 |
| **Total** | **R$ 1.136.943.924,50** |

Longo Prazo:

No longo prazo há uma provisão para cobrir despesas com serviços de terceiros. Este lançamento se iniciou em 2016 na UG 550008 como de curto prazo e em 2018 foi transferida para o longo prazo.

**Nota Explicativa nº 9 -** **Componentes do patrimônio líquido, segregando o capital integralizado, resultados acumulados e quaisquer reservas**

 Conta do Patrimônio Líquido que compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. A mensuração é feita pela apuração do resultado positivo ou negativo.

No caso do Ministério da Cidadania, o resultado acumulado teve um aumento de 30,70% em relação ao mesmo trimestre no ano passado. Essa diferença é atribuída principalmente ao Resultado Superavitário do período.

***Notas Explicativas do Balanço Financeiro***

**Nota Explicativa nº 10 - Ingressos Financeiros**

 O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Seguem abaixo tabelas que evidenciam as análises verticais e horizontais dos ingressos e dos dispêndios financeiros:

***Tabela nº 15 - Ingressos Financeiros***

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **INGRESSOS** | **31/03/2022** | **31/03/2021** | **Análise Horizontal (%)** | **Análise Vertical (%)** |
| Receitas Orçamentárias | R$257.325.203,92 | R$231.127.078,05 | 11,33% | 0,16% |
| Transferências Financeiras Recebidas | R$92.391.178.146,01 | R$64.212.759.787,25 | 43,88% | 57,24% |
| Recebimentos Extraorçamentários | R$68.710.144.537,82 | R$45.746.589.399,42 | 50,20% | 42,57% |
| Caixa e Equivalente de Caixa (Ex. Anterior) | R$51.182.059,16 | R$4.434.936.071,01 | -98,85% | 0,03% |
| **Total** | **161.409.829.946,91** | **R$114.625.412.335,73** | **40,82%** | **100,00%** |

Fonte SIAFI

 Atualmente as Transferências Financeiras Recebidas representam mais de 57% dos Ingressos do Ministério da Cidadania e neste grupo, 90,23% é decorrente da execução orçamentária e 9,76% independente de execução orçamentária.

As Transferências Financeiras Recebidas Resultantes da Execução Orçamentária estão compostas por Cotas Recebidas, Repasse Recebido, Sub-repasse Recebido, Repasse Devolvido e Sub-Repasse Devolvido. Seguem abaixo explanações mais detalhadas:

* Cotas Recebidas: Valores recebidos pela Setorial Financeira do Órgão diretamente da UG 170500- COFIN/STN;
* Repasse recebido: Valores recebidos nas unidades do Ministério advindos de outras unidades externas;
* Sub-Repasse Recebido: Valores transacionados entre a Setorial Financeira do Ministério da Cidadania e suas Unidades Gestoras Executoras;
* Sub-Repasse Devolvido: Valores devolvidos a título de Sub-Repasse.

 Na Tabela nº 15 - Ingressos Financeiros é possível observar um decrescimento de mais de 98% de Caixa e Equivalente de Caixa de Exercício Anterior em relação ao mesmo período de 2021. Isto se dá em virtude da diminuição de disponibilidade de caixa para atendimento de despesas referente ao Auxílio Emergencial.

**Nota Explicativa nº 11 - Dispêndios Financeiros**

***Tabela nº 16 - Dispêndios Financeiros***

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DISPÊNDIOS** | **31/03/2022** | **31/03/2021** | **Análise Horizontal (%)** | **Análise Vertical (%)** |
| Despesas Orçamentárias | R$90.074.427.143,70 | R$51.466.214.881,85 | 75,02% | 55,80% |
| Transferências Financeiras Concedidas | R$66.805.449.451,01 | R$56.075.328.246,02 | 19,14% | 41,39% |
| Pagamentos Extraorçamentários | R$4.219.596.272,12 | R$1.001.994.472,51 | 321,12% | 2,61% |
| Saldo para o Exercício Seguinte | R$310.357.080,08 | R$6.081.874.735,35 | -94,89% | 0,19% |
| **Total** | **R$161.409.829.946,91** | **R$114.625.412.335,73** | **40,82%** | **100,00%** |

Fonte SIAFI

 Na Tabela nº 16 - Dispêndios Financeiros observa-se que 41,39% dos dispêndios se referem Transferências Financeiras Concedidas em sua maior parte Resultantes da Execução Orçamentária. Todavia, em análise horizontal, observa-se um aumento de cerca e 321% em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior em Pagamentos Extraorçamentários. Esses pagamentos se referem principalmente a repasses financeiros para atender Auxílio Emergencial – COVID 19, complementação de parcelas para homens monoparentais do público extracad.

**Nota Explicativa nº 12 - Resultado Financeiro**

***Tabela nº 17 - Déficit Financeiro***

|  |  |
| --- | --- |
|  | **2022** |
| Receitas Orçamentárias | **R$ 257.325.203,92** |
| (+) Transferências Financeiras Recebidas | **R$ 92.391.178.146,01** |
| (+) Recebimentos Extraordinários | **R$ 68.710.144.537,82** |
| (-) Despesas Orçamentárias | **R$ 90.074.427.143,70** |
| (-) Transferências Financeiras Concedidas | **R$ 66.805.449.451,01** |
| (-) Pagamentos Extraorçamentários | **R$ 4.219.596.272,12** |
| **(=) Resultado Financeiro do Exercício** |  **R$ 259.175.020,92** |

 O superávit ocorreu principalmente em função de aumento de cota recebida para realização de atividades fins da Seguridade Social, mais especificamente para execução do Auxílio Brasil.

Cabe ressaltar que a inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Auxílio Emergencial foi permitida no exercício de 2020 por meio do [Decreto nº 10.579, de 18 de dezembro de 2020](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2010.579-2020?OpenDocument), desde que as Despesas fossem liquidadas até 31/12/2021 e devidamente justificadas pelo gestor. No dia 30/12/2021 foram liquidados R$ 357.591.239,09 de Restos a Pagar Não Processados conforme quadro abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| Auxílio Emergencial 2020 - Cadastro Único Não PBF | R$ 39.859.920,00 |
| Auxílio Emergencial 2020 - Extracad | R$ 159.340.080,00 |
| Auxílio Emergencial Residual – PBF | R$ 1.871.239,09 |
| Auxílio Emergencial Residual – Cadastro Único Não PBF e Extracad | R$ 132.340.000,00 |
| Auxílio Emergencial Residual – Demandas Judiciais | R$ 24.180.000,00 |

***Notas do Balanço Orçamentário***

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Seguem abaixo algumas informações essenciais à análise do referido demonstrativos:

1. **O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado**

O regime orçamentário adotado no âmbito do Ministério da Cidadania é o misto, ou seja, as receitas são contabilizadas quando da arrecadação e as despesas quando da realização do empenho, conforme estabelecido no artigo 35 da Lei nº 4.320/64.

1. **O período a que se refere o orçamento**

O orçamento é anual conforme estabelecido no artigo 2º da Lei nº 4.320/64, todavia a análise em questão se refere ao período de 01/01/2022 a 31/03/2022.

1. **As entidades abrangidas**

O Ministério da Cidadania não possui outras entidades vinculadas a ele.

1. **O procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente.**

Ao final do exercício, os restos a pagar não processados liquidados que forem reinscritos para o exercício seguinte ingressam como restos a pagar processados não havendo um controle segregado para estes casos.

1. **Operação de Crédito Interna**

Até o momento não há previsão nem execução de operações de crédito internas registradas.

**Nota Explicativa nº 13 - Receitas Orçamentárias**

***Tabela nº 18 – Previsão e Arrecadação da Receita***

|  |  |
| --- | --- |
|  | **mar/22** |
| Previsão Atualizada da Receita | R$669.115.358,00 |
| Receita Arrecadada | R$257.325.203,92 |
| **Análise Vertical** | **38,46%** |

Fonte SIAFI

 Como se depreende da tabela nº 18, do montante previsto e atualizado da Receita Orçamentária, já foram arrecadados 38,46%. Cabe salientar que de acordo com o MCASP, as Receitas Realizadas ccorrespondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária. Ou seja, não constam no montante de Receitas Realizadas os recursos do Tesouro a título de créditos orçamentários recebidos no decorrer no exercício correspondentes à contrapartida das despesas fixadas na LOA (Dotação Atualizada) repassados pela SOF.

***Tabela nº 19 – Detalhamento da Receita por Categoria Econômica***

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Categoria Econômica** | **Previsão Atualizada** | **Receita Realizada** | **% de Realização** | **% de Realização sobre o Total Realizado** |
| **Receita Corrente** | **R$669.091.241,00** | **R$257.325.203,92** | **38,45%** | **100,00%** |
| Receita Patrimonial | R$525.659.607,00 | R$219.465.277,69 | 41,75% | 85,28%% |
| Transferências Correntes | R$0,00 | R$ 12.331,86 |  -  | 0,00% |
| Outras Receitas Correntes | R$143.431.634,00 | R$37.846.329,35 | 26,38% | 14,70% |
| **Receita de Capital** | **R$24.117,00** | **R$0,00** | **0,00%** | **0,00%** |
| Transferências de Capital | R$24.117,00 | R$0,00 | 0,00% | 0,00% |
| **Receita Total** | **R$669.115.358,00** | **R$257.325.203,92** | **38,45%** |  |

Fonte SIAFI

 A tabela nº 19 traz o detalhamento da Previsão e Arrecadação das Receitas por Categoria Econômica. Como se pode observar, há uma previsão de arrecadação de Transferências de Capital de R$ 24.117,00 decorrentes de Doações de Combate à Fome, porém no primeiro trimestre ainda não houve arrecadação. Desta forma, até o presente momento, 100% da Receita Realizada corresponde a Receitas Correntes.

 A maior parte da arrecadação das Receitas Correntes foram oriundas do grupo “Receita Patrimonial” decorrente de “Demais Receitas Patrimoniais”. Este saldo se referem a Receitas decorrentes de participação da União nos recursos obtidos na loteria deduzidas as retificações.

**Nota Explicativa nº 14 - Despesas Orçamentárias**

De acordo com o MCASP a Dotação Atualizada demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA) acrescidos dos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos.

 Já a Despesa Empenhada corresponde ao valor que o órgão público reserva para efetuar um pagamento planejado.

 Segue abaixo tabela com comparativo entre a Dotação Atualizada e a Despesa Empenhada:

***Tabela nº 20 – Dotação e Empenho***

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **mar/22** | **mar/21** |
| Dotação Atualizada | R$172.477.831.874,00 | R$144.340.432.166,00 |
| Despesas Empenhadas | R$90.071.012.641,41 | R$51.466.214.881,85 |
| **Despesa Empenhada/Dotação Atualizada** | **52,22%** | **35,65%** |

 Como se pode deduzir da tabela, até março/2022 há foram empenhadas mas de 50% da fixação da Despesa Atualizada, enquanto que no mesmo período do exercício anterior esse percentual era de 35,65%.

***Tabela nº 21 – Detalhamento da Despesa por Categoria Econômica***

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Categoria Econômica** | **Dotação Atualizada** | **Despesa Empenhada** | **Despesa Empenhada/Dotação Atualizada** | **Despesa Empenhada/ Despesa Empenhada Total** |
| **Despesas Correntes** | **R$** **172.477.831.874,00** | **R$** **90.071.012.641,41** | **52,22%** | **99,99%** |
| Pessoal e Encargos Sociais | R$ 139.510.297,00 | R$ 87.582.981,10 | 62,78% | 0,09% |
| Outras Despesas Correntes | R$ 172.338.321.577,00 | R$ 89.983.429.660,31 | 52,21% | 99,89% |
| **Despesas de Capital** | **R$ 1.484.136.690,00** | **R$ 3.414.502,29** | **0,23%** | **0,00%** |
| Investimentos | R$ 1.484.136.690,00 | R$ 3.414.502,29 | 0,23% | 0,00% |
| **Reserva de Contingência** | **R$248.902.177,00** | **R$0,00** | **0,00%** | **0,00%** |
| **Despesa Total** | **R$174.210.870.741,00** | **R$90.074.427.143,70** | **51,70%** |  |

**Fonte SIAFI**

 Nas despesas correntes, do montante de R$ 90.071.012.641,41, o maior montante se refere a Reinscrição de Restos a Pagar a serem liquidados.

**Nota Explicativa nº 15 - Resultado Orçamentário**

***Tabela nº 22 - Resultado Orçamentário***

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Arrecadação e Empenho** | **mar/22** | **Arrecadação/Despesas Empenhadas** |
| Receita Orçamentária Arrecadada | R$257.325.203,92 | 0,29% |
| Despesas Empenhadas | R$90.071.012.641,41 |
| **Resultado Orçamentário** | **-R$89.813.687.617,49** |  |

 O Resultado Orçamentário foi deficitário em R$ 89.813.687.617,49 haja vista que a Receita Arrecadada pelo Ministério a Cidadania corresponde a apenas 0,29% do montante de Despesas Empenhadas. O Subsídio financeiro para execução das Despesas Empenhadas vem dos Repasses concedidos pelo Tesouro Nacional.

**Nota Explicativa nº 16 - Restos a Pagar Processados e Não Processados**

Para a execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados as unidades executoras já foram orientadas:

A observar a manutenção dos Restos a Pagar em consonância com a Nota Técnica nº 7/2018/CCONT/SUCON/STN-MF bem como o Comunicado STN nº 33/2020 (publicado na Plataforma Mais Brasil).

***Tabela nº 23 – Detalhamento dos Restos a Pagar***

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RAP** | **Inscritos** | **Cancelados** | **Pagos** | **Saldo** | **Índice realizado** |
| Restos a Pagar Não Processados | R$ 9.050.389.716,18 | R$ 24.390.662,00 | R$4.177.742.770,54 | R$ 3.751.122.859,68 | 46,16% |
| Restos a Pagar Processados | R$ 572.911.293,37 | R$ 819.111,14 | R$ 40.730.509,99 | R$ 531.361.672,24 | 7,11%% |
| **Total** | **R$ 9.623.301.009,55** | **R$ 25.209.773,14** | **R$ 4.218.473.280,53** | **R$ 4.282.484.531,92** | **44,50%** |

Fonte SIAFI.

Conforme quadro acima, o Ministério executou e pagou no primeiro trimestre cerca de 44,50% dos restos a pagar inscritos.

***Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais***

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

Seguem alguns apontamentos essenciais para a análise do demonstrativo:

1. **Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado, bem como as reversões de tais reduções**

A transição de sistema patrimonial do Ministério ocorreu recentemente e os bens imobilizados não foram reavaliados e, portanto, não houve redução ao valor recuperável. No momento em que esses bens forem reavaliados, caso os valores contábeis registrados estejam acima do valor recuperável, serão feitos os lançamentos de redução do valor.

1. **Reestruturações das atividades da entidade e reversões de quaisquer provisões para gastos de reestruturação**

O ministério não realizou para 2022 provisionamento para gastos com reestruturações (21791.02.00 – Provisão para Reestruturação) e, portanto, também não foi realizado qualquer lançamento de baixa nessa conta.

1. **Unidades operacionais descontinuadas**

No primeiro trimestre de 2022 não houve descontinuidade de Unidade operacionais.

1. **Constituição ou reversão de provisões**

Com exceção das provisões trabalhistas, o Ministério da Cidadania possui provisões para sentenças judiciais no curto e no longo prazo, para serviços de terceiros no longo prazo e para pagamentos judiciais do auxílio emergencial no curto prazo. Houve alguns pagamentos de requisições de pequenos valores gerando um ganho com desincorporação de passivos.

Todavia, conforme elencado na Nota Explicativa nº 8 - Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo, segregando as provisões para benefícios a empregados dos demais itens, foi baixado o montante inscrito em 2020 a título de judicialização e contestação dos pagamentos do auxílio emergencial 2020, auxílio emergencial 2021 e auxílio emergencial residual Covid-19 e inscrito em 2021 o valor de R$ 1.136.943.924,50 para a mesma finalidade.

**Nota Explicativa nº 17 – Resultado Patrimonial**

O Resultado Patrimonial consiste na diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas, decorrente de incorporações de ativos e desincorporações de passivos, e as Variações Patrimoniais Diminutivas, decorrentes de desincorporações de ativos e incorporações de passivos.

No primeiro trimestre de 2022, o Resultado Patrimonial foi superavitário em R$ 19.619.804.850,33, resultado este que também se encontra espelhado nos Resultados Acumulados do Balanço Patrimonial.

Em relação ao mesmo trimestre de 2021, há uma diferença de R$ 2.592.990.684,57. Isso se deve principalmente ao fato de que o decréscimo nas Transferências Intragovernamentais Recebidas ter sido maior do que o decréscimo nas Transferências Intragovernamentais Concedidas.

**Nota Explicativa nº 18 – Variações Patrimoniais Aumentativas**

Segue abaixo tabela com a Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas.

***Tabela nº 24 – Composição detalhada das Variações Patrimoniais Aumentativas***

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Composição VPAs** | **mar/22** | **mar/21** | **Diferença** | **AH** | **AV 2022** |
|  **Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras** | **65.571.961,39** | **31.353.062,39** | **34.218.899,00** | **109,14%** | **0,06%** |
|  Juros e Encargos de Mora | 2.043.331,08 | 1.422.316,46 | 621.014,62 | 43,66% | 0,00% |
|  Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras | 63.466.732,12 | 29.914.995,93 | 33.551.736,19 | 112,16% | 0,06% |
|  Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | 61.898,19 | 15.750,00 | 46.148,19 | 293,00% | 0,00% |
|  **Transferências e Delegações Recebidas** | **92.391.989.037,87** | **64.212.763.476,75** | **28.179.225.561,12** | **43,88%** | **81,49%** |
|  Transferências Intragovernamentais | 92.391.976.706,01 | 64.212.759.983,83 | 28.179.216.722,18 | 43,88% | 81,49% |
|  Outras Transferências e Delegações Recebidas | 12.331,86 | 3.492,92 | 8.838,94 | 253,05% | 0,00% |
|  **Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos** | **19.372.960.002,35** | **17.335.735.768,87** | **2.037.224.233,48** | **11,75%** | **17,09%** |
|  Ganhos com Incorporação de Ativos | 19.128.342.180,15 | 17.164.496.128,51 | 1.963.846.051,64 | 11,44% | 16,87% |
|  Ganhos com Desincorporação de Passivos | 244.617.822,20 | 171.239.640,36 | 73.378.181,84 | 42,85% | 0,22% |
|  **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas** | **1.552.724.801,08** | **2.845.860.692,38** | **-1.293.135.891,30** | **-45,44%** | **1,37%** |
|  Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas | 27.469.164,92 | 75,28 | 27.469.089,64 | 36489226,41% | 0,02% |
|  Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | 1.525.255.636,16 | 2.845.860.617,10 | -1.320.604.980,94 | -46,40% | 1,35% |

Fonte SIAFI.

 Considerando a Análise Vertical, pode-se observar que no exercício de 2021, mais de 80% do total das Variações Patrimonial Aumentativas se referem a Transferências Intragovernamentais Recebidas. Essas transferências são compostas pelos saldos das contas de Cota, repasse e Sub-Repasse já citadas na Nota Explicativa nº 15 - Ingressos Financeiros e pelas Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária para Pagamento de Restos a Pagar.

 No primeiro trimestre de 2022, houve variação positiva no grupo “Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos” referente a execução do TED 1AAHBY firmado entre o Ministério da Cidadania e o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. Ao efetuar o pagamento, é impactada a conta 11382.38.00 – Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada.

**Nota Explicativa nº 19 – Variações Patrimoniais Diminutivas**

 Segue abaixo tabela com a Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas.

***Tabela nº 25 – Composição detalhada das Variações Patrimoniais Diminutivas***

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Composição VPDs** | **mar/22** | **mar/21** | **Diferença** | **AH** | **AV 2022** |
|  **Pessoal e Encargos** | **59.071.125,98** | **57.358.548,74** | **1.712.577,24** | **2,99%** | **0,06%** |
|  Remuneração a Pessoal | 32.238.552,40 | 28.627.556,62 | 3.610.995,78 | 12,61% | 0,03% |
|  Encargos Patronais | 3.939.369,23 | 4.436.364,75 | -496.995,52 | -11,20% | 0,00% |
|  Benefícios a Pessoal | 2.276.248,07 | 1.921.756,23 | 354.491,84 | 18,45% | 0,00% |
|  Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos | 20.616.956,28 | 22.372.871,14 | -1.755.914,86 | -7,85% | 0,02% |
|  **Benefícios Previdenciários e Assistenciais** | **25.210.366.189,21** | **8.434.124.681,97** | **16.776.241.507,24** | **198,91%** | **26,89%** |
|  Aposentadorias e Reformas | 2.770.172,73 | 2.758.400,35 | 11.772,38 | 0,43% | 0,00% |
|  Pensões | 222.167,49 | 190.596,13 | 31.571,36 | 16,56% | 0,00% |
|  Benefícios Eventuais | 3.049.062.982,96 | 392.602.680,92 | 2.656.460.302,04 | 676,63% | 3,25% |
|  Políticas Públicas de Transferência de Renda | 22.142.262.237,00 | 8.037.503.671,39 | 14.104.758.565,61 | 175,49% | 23,62% |
|  Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 16.048.629,03 | 1.069.333,18 | 14.979.295,85 | 1400,81% | 0,02% |
|  **Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo** | **268.388.385,36** | **535.653.997,55** | **-267.265.612,19** | **-49,90%** | **0,29%** |
|  Uso de Material de Consumo | 44.177.762,32 | 42.916,47 | 44.134.845,85 | 102838,95% | 0,05% |
|  Serviços | 224.210.623,04 | 532.046.740,36 | -307.836.117,32 | -57,86% | 0,24% |
|  Depreciação, Amortização e Exaustão | 0,00 | 3.564.340,72 | -3.564.340,72 | -100,00% | 0,00% |
|  **Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras** | **1.126,42** | **1.648,59** | **-522,17** | **-31,67%** | **0,00%** |
|  Juros e Encargos de Mora | 1,94 | 330,59 | -328,65 | -99,41% | 0,00% |
|  Descontos Financeiros Concedidos | 1.124,48 | 1.318,00 | -193,52 | -14,68% | 0,00% |
|  **Transferências e Delegações Concedidas** | **67.961.415.834,78** | **56.385.737.406,64** | **11.575.678.428,14** | **20,53%** | **72,48%** |
|  Transferências Intragovernamentais | 66.806.248.011,01 | 56.075.349.866,23 | 10.730.898.144,78 | 19,14% | 71,25% |
|  Transferências Intergovernamentais | 1.130.402.927,98 | 310.387.540,41 | 820.015.387,57 | 264,19% | 1,21% |
|  Transferências ao Exterior | 2.014.079,89 | 0,00 | 2.014.079,89 | 0,00% | 0,00% |
|  Outras Transferências e Delegações Concedidas | 22.750.815,90 | 0,00 | 22.750.815,90 | 0,00% | 0,02% |
|  **Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos** | **252.821.430,43** | **438.745.530,92** | **-185.924.100,49** | **-42,38%** | **0,27%** |
|  Perdas Involuntárias | 65.009.539,43 | 0,00 | 65.009.539,43 | 0,00% | 0,07% |
|  Incorporação de Passivos | 1.093.329,28 | 196,58 | 1.093.132,70 | 556075,24% | 0,00% |
|  Desincorporação de Ativos | 186.718.561,72 | 438.745.334,34 | -252.026.772,62 | -57,44% | 0,20% |
|  **Tributárias** | **78.667,45** | **74.279,22** | **4.388,23** | **5,91%** | **0,00%** |
|  Contribuições | 78.667,45 | 74.279,22 | 4.388,23 | 5,91% | 0,00% |
|  **Outras Variações Patrimoniais Diminutivas** | **11.298.192,73** | **1.547.202.741,00** | **-1.535.904.548,27** | **-99,27%** | **0,01%** |
|  Incentivos | 9.181,06 | 2.100,00 | 7.081,06 | 337,19% | 0,00% |
|  Constituição de Provisões | 5.835.082,49 | 1.547.200.000,00 | -1.541.364.917,51 | -99,62% | 0,01% |
|  Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | 5.453.929,18 | 641,00 | 5.453.288,18 | 850746,99% | 0,01% |

 Fonte SIAFI.

 Considerando a Análise Vertical, pode-se observar que no exercício de 2022, mais de 70% do montante das Variações Patrimoniais Diminutivas correspondem a Transferências Intragovernamentais Concedidas. Da mesma forma que nas VPAs, esse grupo de contas é composto pelos Repasses e Sub-Repasses Concedidos bem como pelas Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária para Pagamento de Restos a Pagar.

 Já no grupo “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” na aba “Políticas Públicas de Transferências de Rendas” decorrente de aumento dos valores pagos a título do Programa Auxílio Brasil.

***Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa***

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

No âmbito do Ministério da Cidadania só existem saldos referente a Caixa e Equivalente de Caixas nas contas 11112.20.01 – Limite de Saque com Vinculação de Pagto – OFSS e 11112.20.03 – Limite de Saque com Vinculação Pagto – Ordem Pagto – OFSS conforme já mencionado na Nota Explicativa nº 6 - Caixa e equivalentes de caixa.

Segue abaixo quadro resumido com os valores por tipo de Fluxo.

***Tabela nº 26 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa***

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|   | mar/22 | AV |
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | R$ 265.490.937,95 | 102,43% |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento | -R$6.315.917,03 | -2,43% |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento | R$0,00 | 0,00% |
| **Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **R$259.175.020,92** | **100,00%** |

Fonte SIAFI.

 A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa equivale ao Resultado Financeiro apresentado na Nota Explicativa nº 16 - Resultado Financeiro e coincide com a variação de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício (Saldo Inicial: R$ 51.182.059,16; Saldo Final: R$ 310.357.080,08) trazidos no Balanço Patrimonial.

**Nota Explicativa nº 20 – Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais**

 O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais corresponde à diferença entre Ingresso e Desembolsos Orçamentários e Extraorçamentários destinados às atividades operacionais do órgão.

 No Ministério da Cidadania no primeiro trimestre de 2022, esse fluxo foi superavitário em R$ 265.490.937,95e corresponde a de 102,43% da Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.

**Nota Explicativa nº 21 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento**

No primeiro trimestre de 2022 o Ministério da Cidadania não teve movimentação de caixa para atividades de financiamento, o que indica não ter havido alteração no capital próprio nem no endividamento do órgão por meio de empréstimos.

O Ministério não necessitou de obtenção de linhas de crédito para financiar futuras atividades operacionais ou para satisfazer compromisso de capital.